



Instituto Superior Politécnico Gaya

número



Anual I | Dezembro 2008

Politécnica

Investigação | Divulgação | Curiosidades





Sumário

Editorial	3
Turismo e cultura: Estudo ao perfil do visitante cultural do centro histórico de Guimarães <i>Ana Paula Cabral, Ângela Teixeira, Áurea Rodrigues, Fernando Florim De Lemos, Tânia Cristina Vidal Pinho</i>	5
Álcool e suicídio: Uma relação evidente <i>Miguel Ângelo F. M. Valério</i>	13
Fluxos, desenvolvimento e estratégias de construção de uma política social nacional em torno das novas tecnologias de informação e comunicação <i>José Carlos Moraes</i>	19
A Gestão de organizações sem fins lucrativos: Realidades e desafios <i>Preciosa Patacho, Patrícia Silva</i>	29
Dos Grafos e suas aplicações (II) <i>Maria Rosário Moreira</i>	35
Problemas e Curiosidades <i>Joaquim Albuquerque de Moura Relvas</i>	37
Submissão de artigos	39

Revista Politécnica nº 15

Director João de Freitas Ferreira
Sub-Director José Manuel Moreira
Corpo Editorial Ana Paula Cabral

Joaquim Moura Relvas
José Duarte Santos
Comissão Científica Augusto Ferreira da Silva (Univ. Porto)
José Ferreira da Silva (Univ. Porto)
João Álvaro Carvalho (Univ. Minho)
Joaquim Agostinho Moreira (Univ. Porto)
José Manuel Moreira (ISPGaya)
José Pereira Tavares (Univ. Aveiro)
Fernando Maciel Barbosa (Univ. Porto)
Mário Dias Lousã (ISPGaya)
Nelson Castro Neves (ISPGaya)

Editor João de Freitas Ferreira

Design José Eduardo
Jeduardo_designer@clix.pt

Pré-impressão e impressão Claret - Companhia Gráfica do Norte
Rua Venceslau Ramos s/nº
4430-929 Avintes
www.graficaclaret.com

Tiragem: 500 exemplares

Preço número avulso: € 3,25

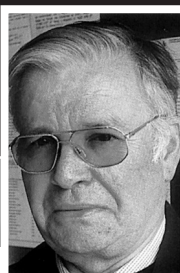
Propriedade da CEP - Cooperativa de Ensino Politécnico, CRL

Administração e redação:
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 Vila Nova de Gaia
www.ispgaya.pt
Tels. 22 374 57 30 / 3
Fax 22 374 57 39

ISSN: 0874-8799
Registo DGCS nº 123623
Depósito Legal nº 153740/00
Publicação anual

Os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
As opiniões expressas pelos autores não representam
necessariamente posições da CEP.

O TÍTULO DE ESPECIALISTA*



João de Freitas Ferreira
Presidente do Instituto Superior Politécnico Gaya
Rua António Rodrigues da Rocha, 291, 341
Santo Ovídio, 4400-025 Vila Nova Gaia

1. O Processo de Bolonha veio revolucionar todo o ensino superior português. A Lei de Bases do Sistema Educativo Português estava antiquada e os Estatutos da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Universitário e do Ensino Politécnico eram anteriores a 1981. Era urgente alterar-se esta situação para que o sistema educativo português e os próprios docentes se pudessem adequar ao espírito de Bolonha. Protelar as decisões poderia inviabilizar o processo em curso e aumentaria o fosso que nos separava dos parceiros da Comunidade Europeia.

O Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 107/2008, de 25 de Junho, redefiniu as missões e vocações das universidades e dos politécnicos, abriu aos maiores de 23 anos o acesso ao ensino superior, aprovou as normas para que as instituições do ensino superior pudessem ministrar formação profissionalizante (CETs) em regime pós-secundário (Decreto-Lei nº 88/2006, de 23 de Maio), e, do mesmo modo, uniformizou a actividade académica das instituições estatais e não estatais.

Para garantir a qualidade de todo o sistema, o Governo resolveu suspender o trabalho meritório (note-se) da equipa anterior de avaliação (CNAVES) e criar uma nova Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. Para isso propôs à Assembleia da República a aprovação da Lei nº 38/2007, de 16 de Agosto, que definiu o regime jurídico da avaliação da qualidade do ensino superior, e aprovou o Decreto-Lei nº 369/2007, de 5 de Novembro, que criou a respectiva Agência de Avaliação e Acreditação.

A Lei nº 62/2007, de 10 de Setembro, aprovou o novo regime jurídico das instituições de ensino superior, introduzindo profundas alterações na forma de governo das mesmas: criou o Conselho Geral e deu maior poder aos administradores das instituições e aos representantes das comunidades; deu-lhes o poder de optarem por um estatuto de "Fundação Pública de direito privado"; dotou-as com o

direito de se unirem através de fusões ou da criação de consórcios; outorgou ao Governo o poder de "criar, modificar, fundir, cindir e extinguir instituições de ensino superior públicas (e de) atribuir ou revogar o reconhecimento público aos estabelecimentos de ensino superior privados"; e, no âmbito do ensino politécnico, instituiu o título de especialista, de acordo com o decreto-lei a publicar.

2. O Decreto-Lei referido acima tarda em aparecer, atraso este que poderá acarretar às instituições graves dissabores, se as avaliações para acreditação começarem nos prazos previstos. Só recentemente, chegou às instituições um anteprojecto do regime jurídico do título de especialista para discussão pública. É desse que vamos falar de seguida. Não queremos que alguém, ao ler o nosso depoimento, depreenda que defendemos facilitismos, ou regalias especiais para o "ensino não estatal". Queremos, sim, ser tratados em pé de igualdade com os docentes do "ensino estatal", quanto ao passado, ao presente e ao futuro.

Na generalidade, o processo de atribuição do título de especialista parece-nos complexo e pouco viável (artigos 5º, 10º, 11º e 12º). À partida, procura "deitar remendos novos em pano velho", tomando por base um Decreto-Lei de 1981, em vigor há 27 anos, com algumas alterações ligadas ao pagamento de salários, o que veio encarcerar o ar aberto e até primavera do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior e dar ao documento um ar pesado e desajustado da realidade actual.

Apontamos, para já, algumas incongruências:

- A proposta do Ministério (art. 16º) reconhece que os docentes, que tenham acedido à categoria de professores adjuntos através da prestação de "provas públicas", passem

* Neste editorial, retomam-se algumas partes de um texto enviado à APESP em 01/10/2008.

a ser considerados como especialistas, nesta fase de transição, e esquece os docentes habilitados com o grau de mestre. Ora as provas públicas não tinham o rigor dos mestrados e facilitavam aos assistentes a passagem para os quadros dos Institutos, na altura em que estes eram considerados ensino médio e não superior. Esquece ainda o Ministério que o mestrado é um grau académico, considerado legalmente como habilitação própria para o ensino superior.

- A constituição do júri torna-se um labirinto difícil de contornar. Este deve ser constituído por seis elementos indicados por três entidades diferentes, o que dificultará a obtenção de consensos. Por outro lado, os dois vogais são indicados por organismos de natureza profissional. O legislador não teve em conta que, hoje, há áreas científicas e tecnológicas especializadas que ainda não têm órgãos reguladores dos seus quadros. Para além disso, segundo o texto em análise, os dois vogais devem ser “individualidades de reconhecido e público mérito”. Há muitos técnicos de “relevância profissional”, cobijados pelas empresas, e não são mediáticos. Na nossa opinião, a dita exigência deve ser substituída por “individualidades de reconhecido mérito” ou por “individualidades de relevância profissional”. Basta.

- As provas requeridas são também um imbróglio a ter em conta. A “apresentação, apreciação crítica e discussão de um trabalho aprofundado de natureza profissional no âmbito da área profissional em que são prestadas”, acabam por subalternizar ou até anular a “apreciação e discussão do currículo profissional do candidato”. Por outro lado, a duração das provas (duas horas para o currículo e mais outras duas para a defesa do trabalho), com um intervalo mínimo de um dia entre ambas, é mais um elemento a dificultar a decisão do candidato. Ao fim e ao cabo, exige-se-lhe tanto como a um doutorando, com a agravante de que o candidato, no fim das provas, receberá um “título de especialista”, que não lhe garante qualquer promoção na sua carreira, enquanto que o doutorando é agraciado com um “grau académico” para progressão na carreira. A tudo isto, acresce ainda o facto do candidato não ter direito a qualquer orientador que o acompanhe na elaboração do trabalho e o represente na apreciação preliminar do mesmo e integre o júri de provas. É trabalhar sem rede. Perante tudo isto, raros serão os candidatos que queiram enfrentar o júri das provas e, se alguns correrem esse risco, estarão a pensar no doutoramento para, de seguida, abandonarem a empresa e seguirem a carreira docente. Trata-se de uma maneira subtil de inviabilizar aquilo que o RJES propõe como uma medida excelente, para que os institutos politécnicos dêem um visível salto qualitativo.

- Por último, não faz sentido que, no 1º ponto do art. 3º, se afirme que “o título de especialista comprova a especial relevância do currículo profissional numa determinada área” e depois se exija, na alínea b) do art. 6º, “a apresentação, apreciação crítica e discussão de um trabalho aprofundado de natureza profissional”.

3. Para efeitos do decreto-lei em análise e até à sua publicação, tendo em consideração as observações apresentadas acima, propomos que sejam considerados como detendo o título de especialista os seguintes docentes:

- Os actuais docentes do ensino politécnico não estatal, que sejam titulares do grau de mestre ou doutor, em pé de igualdade com os docentes do ensino estatal (art.16º), salvaguardado o requisito da experiência profissional.

- Os detentores de um curso superior conferente de grau académico, constituído por um ou mais ciclos de estudos, cuja duração total não seja inferior a oito meses curriculares e que possuam, cumulativamente, pelo menos um dos requisitos seguintes:

- a) Um curso de pós-graduação igualmente conferente de grau académico de duração não inferior a dois semestres curriculares e posterior defesa de uma dissertação perante um júri;
- b) Um currículo profissional que revele o desenvolvimento de competências técnicas avançadas;
- c) Um ou mais cursos de pós-graduação, não conferentes de grau académico, mas considerados relevantes numa determinada área técnico-científica.

- Os diplomados com grau de doutor, cujo título lhes tenha sido conferido na área científica do respectivo doutoramento.

4. Na redacção final do decreto-lei, gostaríamos que o legislador, sem deixar de ser rigoroso, fosse mais sensível e maleável, tornando mais atractivo o acesso a uma colaboração directa e activa com as instituições de ensino politécnico na formação de quadros para as empresas. Seria mesmo bom ter-se presente que o candidato é especialista “de facto” pelo seu currículo e pela experiência profissional que já possui. As provas deveriam servir apenas para comprovar esta situação.

Dezembro de 2008

Turismo e cultura: Estudo ao perfil do visitante cultural do centro histórico de Guimarães

Numa era em que o turista se torna cada vez mais exigente torna-se pertinente estudar o perfil do visitante e da sua percepção face ao local visitado para se poder adequar correctamente a oferta à procura. Segundo Swarbrook e Horner (2002) conhecer o comportamento do consumidor é decisivo para o êxito da actividade de marketing. Este estudo apresenta os resultados de um estudo dirigido ao turista cultural da Cidade de Guimarães, Portugal. Com base numa análise das características demográficas e sócio-económicas, motivações para a visita, comportamento que antecede a viagem, comportamento do visitante na área de destino e grau de satisfação verificou-se que se tratam de adultos jovens, em idade activa, com um nível de educação consideravelmente elevado, que permanecem na cidade por um curto período de tempo, mas que ficam bastante satisfeitos com a experiência da visita e guardam uma imagem bastante positiva do local.

Palavras-chave: Turismo Cultural, Portugal, Estudo de Mercado

Introdução

O turismo é um fenómeno claramente caracterizador da actual sociedade e a dimensão que alcançou nestas últimas décadas confere-lhe um carácter excepcional. Pessoas de todos os estratos sociais desfrutam do turismo em maior ou menor grau, normalmente em tempo de férias ou com saídas constantes de fim-de-semana. Trata-se assim de um fenómeno contemporâneo que abrange cada vez mais pessoas e mais lugares em todo o mundo.

O património natural e cultural, a diversidade e as culturas vivas constituem as maiores atracções turísticas. (ICOMOS, 1999) Exemplo disso é o desenvolvimento de novas formas de turismo a que se tem assistido nos últimos anos. A procura turística já não se concentra só em destinos de sol e praia, mas divide-se também por locais que possam oferecer outro tipo de produtos e experiências aos seus visitantes. A cultura tem sido uma das mais procuradas, o que deu origem à expressão “turismo cultural”. A cultura pode ser a chave de sucesso para o desenvolvimento de muitos destinos turísticos e centra-se muitas vezes na razão primária que levam muitos visitantes a dirigirem-se a certos destinos. Sendo a cidade de Guimarães um destino constituído por fortes elementos culturais reconhecidos pela UNESCO, considerou-se pertinente estudar o perfil do visitante cultural com o intuito de fornecer pistas úteis sobre as suas características para que se possa direccionar as acções de planeamento e marketing de uma forma objectiva e adequada.

Definição de Turismo Cultural

Chegar a um consenso sobre a definição de turismo tem sido um desafio para os especialistas desta área. É um conceito que tem sofrido várias alterações ao longo do tempo. No entanto, a Organização Mundial de Turismo (1994) define-o como “as actividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanência em lugares



Ana Paula Cabral
apcabral@dce.ua.pt
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 V. N. de Gaia
www.ispgaya.pt



Ángela Teixeira
angelateixeira@clix.pt
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 V. N. de Gaia
www.ispgaya.pt



Áurea Rodrigues
aorodrigues@ispgaya.pt
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 V. N. de Gaia
www.ispgaya.pt



Fernando Florim De Lemos
fflemos@ispgaya.pt
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 V. N. de Gaia
www.ispgaya.pt



Tânia Cristina Vidal Pinho
tcvp@ispgaya.pt
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 V. N. de Gaia
www.ispgaya.pt

distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.” Definir turismo cultural tem-se mostrado igualmente difícil, não só pela complexidade do conceito de turismo, mas também pela amplitude que pode ser atribuída ao conceito de cultura.

De uma forma simplista, podemos afirmar que o turista cultural é aquele que viaja com o intuito único de adquirir cultura; ou ainda que qualquer tipo de viagem pode ser considerada cultural, só pelos simples facto de nos deslocarmos para um local diferente, de vermos e experimentarmos coisas diferentes, experiências essas que contribuem para o enriquecimento da nossa cultura pessoal. Em 1976, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), definiu o turismo cultural como “ aquela forma de turismo que tem por objectivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes, tanto quanto contribui para satisfazer os seus próprios fins, a sua manutenção e protecção.”

O turismo cultural pode assim ser entendido como “aquele que tem como factor motivador principal o conhecimento do património cultural e a assistência a eventos de carácter cultural em determinado local.” (Prentice, 1993).

Já Bote (1999) refere que “o produto cultural é aquele que se dirige a clientes que se deslocam principalmente para conhecer manifestações artísticas, culturais, arqueológicas, monumentais e, em geral, qualquer manifestação humana

que ajude ao enriquecimento cultural.”

Através da diversidade de definições existentes, nota-se que a literatura reconhece especificamente duas dimensões de turismo cultural: uma de natureza material e outra de natureza imaterial. Nesta linha situa-se Ashworth (1995), que distingue o turismo cultural em três tipos:

1. *Art tourism*: relacionado com a visita a museus e galerias de arte, assistência a espectáculos, etc.,
2. *Heritage tourism*: manifesta-se na visita a um conjunto limitado de edifícios monumentais e paisagens urbanas históricas, incluindo também produtos e espectáculos culturais contemporâneos que, em conjunto, formam o património cultural;
3. *Place-specific tourism*: o factor de atracção é a identidade específica do local, um ambiente definido em termos de estilo de vida.

Verifica-se que as definições de turismo cultural têm como base a motivação do turista. Isto deve-se ao facto do produto cultural, assim como qualquer outro produto turístico, só poder ser usufruído através da deslocação do consumidor ao local. Ao contrário da maioria dos produtos da actualidade, que vão de encontro ao consumidor, essa propriedade não se aplica ao turismo, o que significa que este não existiria sem a motivação e sem a predisposição das pessoas para se deslocarem.

Turismo Cultural no Mundo

Apesar de não se chegar a um consenso na definição de turismo cultural, tanto autores, investigadores e profissionais da área concordam que esta é uma forma de Turismo que se encontra em expansão por todo o mundo e que a sua prática tem tendência a crescer cada vez mais. Segundo a Organização Mundial de Turismo (2001), o Turismo Cultural registou um aumento de 15% na última década e representa cerca de 10% das deslocações mundiais de turistas.

Como já foi referido, o turismo cultural tem uma forte relação com o património e pode ser realizado em diversos espaços turísticos, embora o predominante seja as cidades e os seus centros históricos. Segundo González e Solla (2005), isto deve-se aos seguintes factores:

- A cidade constitui por si própria um recurso turístico. Uma parte considerável dos visitantes das cidades históricas não entram em museus nem em outros espaços preparados para visitas, dedicam-se simplesmente a passear por determinadas zonas da cidade que possuam um ambiente histórico atractivo;
- A cena urbana reforça o atractivo turístico dos grandes

factos culturais;

- Os locais com ambiente histórico definido são espaços privilegiados para criar estabelecimentos orientados ao consumo de visitantes que, por sua vez, favorece a presença de turistas e excursionistas.

Existem, no entanto, 20 tipos de património cultural que são motivo de deslocações turísticas (Quadro I).

Quadro 1 – Tipos de património cultural

1	Atracções baseadas na ciência: museus científicos, centros tecnológicos, etc.
2	Atracções relacionadas com o sector primário: quintas, adegas, queijarias, minas e depósitos de água
3	Centros artesanais baseados no trabalho manual (oleiros, ferreiros, etc.)
4	Atracções relacionadas com o sector industrial, com base na produção em massa (destilarias, etc.)
5	Atracções relacionadas com transporte: comboios turísticos, aeródromos, veículos a motor, etc.
6	Atracções socioculturais: locais pré-históricos e históricos, museus de tradições, etc.
7	Atracções associadas a personagens históricas, incluindo locais associados a escritores e pintores
8	Atracções relacionadas cm representações artísticas: teatro, concertos, musicais, etc.
9	Jardins e similares
10	Parques temáticos relacionados com a cultura (excepto os exclusivamente destinados a diversão)
11	Galerias de arte
12	Festivais e espectáculos: feiras históricas, etc.
13	Palácios, casas de campo e similares
14	Atracções religiosas: catedrais, igrejas, abadias, etc.
15	Atracções militares: castelos, campos de batalha, museus de história militar, etc.
16	Monumentos associados a genocídios e assassinatos massivos da população
17	Cidades e paisagens urbanas, locais urbanos de carácter histórico
18	Vilas e aldeias, locais rurais com arquitectura anterior ao século XX
19	Cidades costeiras e paisagens marinhas
20	Regiões e outras áreas históricas ou geográficas identificadas de forma singular pelos seus residentes e/ou visitantes

Fonte: Prentice (1993)

Quanto à caracterização dos consumidores de cultura, existe a perspectiva de que o mercado do turismo cultural é composto por viajantes com um elevado estatuto sócio-económico, um elevado grau de educação e, muitas vezes, com uma profissão/ocupação ligada à cultura. Segundo Richards (1996), estes são factores que influenciam a procura cultural, mas aos quais também se pode acrescentar o aumento da qualidade de vida, o aumento do tempo livre de que as pessoas dispõem e do turismo sénior.

Turismo Cultural na Europa

O património cultural da Europa é um dos mais importantes geradores de turismo e desempenha um papel central na

indústria turística europeia. O turismo cultural tem vindo a aumentar e a desenvolver-se em cada vez mais países europeus, tornando-se assim mais competitivo. Um crescente número de cidades e regiões da União Europeia está a basear as suas estratégias de desenvolvimento turístico na promoção do património cultural. (Richards, 1996).

Segundo Fernandes e Silva (2005), o turismo cultural foi identificado pela Comissão Europeia como um dos segmentos mais importantes do mercado turístico europeu, não só porque desempenha um papel vital na expansão da indústria turística, mas também porque ajuda a preservar a cultura local e é uma fonte de emprego e rendimento para a população.

No entanto, Russo e Van der Borg (2002), referem que nem todas as cidades europeias têm potencial para se tornarem grandes destinos turísticos culturais, pois a existência de monumentos e atracções não é suficiente. Para que os investimentos e os esforços aplicados nesses destinos não sejam desperdiçados, é necessário tomar as medidas necessárias para se desenvolver um turismo sustentável. Os autores referem ainda que as cidades não devem negligenciar “ a qualidade do capital humano ” e devem investir na qualificação dos habitantes locais, criando instituições de formação académica na área do turismo.

Turismo Cultural em Portugal

Tal como no resto da Europa, também em Portugal a importância do Turismo Cultural tem vindo a crescer cada vez mais. Este tipo de Turismo começou a ser desenvolvido como forma de diversificação da oferta turística portuguesa e como meio de promoção do património histórico e cultural nacional. Permitiu também levar o turismo às regiões mais interiores do país, minimizando um pouco a sua concentração nas zonas litorais.

No entanto, Fernandes e Silva (2005) afirmam que o turismo cultural não deveria ser estabelecido em Portugal como uma especialização, mas sim como um importante complemento dos outros tipos de turismo. Isto porque, de acordo com um estudo realizado pelos autores, as atrações culturais não têm poder suficiente para atrair pessoas por um longo período de tempo ou para fazer com que as mesmas repitam a sua visita. Para além disso, a maioria dos turistas acaba sempre por visitar atrações culturais, mesmo não sendo esse o motivo principal da sua visita, reforçando assim a ideia de complementaridade do turismo cultural. Quanto às motivações dos turistas, o mesmo estudo refere que apenas 7,3% dos indivíduos veio a Portugal para assistir a um evento cultural e 35% veio passar férias culturais. No que diz respeito ao perfil do turista, o estudo refere

ainda que uma das características mais importantes é o seu elevado nível de educação e o seu estatuto sócio-económico. Quanto à nacionalidade, aponta os franceses como sendo os que se sentem mais atraídos pelos nossos produtos culturais.

Guimarães e o Turismo Cultural

Guimarães situa-se no Norte de Portugal, no distrito de Braga, e é limitado a norte pelo município de Póvoa de Lanhoso, a leste por Fafe, a sul por Felgueiras, Vizela e Santo Tirso, a oeste por Vila Nova de Famalicão e a noroeste por Braga.



Figura 1 – Mapa do concelho de Guimarães
Fonte: www.acqonça.org¹

O município tem uma área total de 241,3 Km², 161 876 habitantes e está subdividido em 69 freguesias. Guimarães possui muito bons acessos e comunicações. Dista cerca de 50 Km do Aeroporto Sá Carneiro e cerca de 120 Km do aeroporto de Vigo, permitindo assim o acesso de visitantes estrangeiros. As ligações com as restantes cidades nacionais são estabelecidas através da rede de auto-estradas existente. Existe ainda passagem fluente de autocarros que ligam Guimarães ao Porto e a Braga e o serviço dos

¹ <http://www.acgonca.org/Freguesia/#Mapa>

Caminhos de Ferro Portugueses, que faz a ligação do eixo Porto/ Guimarães.

É uma das mais importantes cidades históricas do país, não só por ser considerada o “Berço da Nação”, mas também pelo seu **centro histórico**, classificado como **Património Cultural da Humanidade pela UNESCO**, desde 2001, tornando-a definitivamente um dos maiores centros turísticos da região. O número de visitantes que Guimarães recebe não se deve apenas aos recursos patrimoniais de que dispõe, mas também aos eventos culturais que programa, à sua gastronomia e às suas festas e romarias.

Guimarães possui também uma vertente mais profissional: dispõe de vários auditórios equipados para a realização de congressos e conferências, além de diversas salas de reuniões em alguns estabelecimentos hoteleiros da zona.

Estudo ao Perfil do Visitante Cultural em Guimarães

Sendo Guimarães uma cidade fortemente ligada à cultura, este estudo tem como principal objectivo estabelecer uma ligação entre essa característica cultural da cidade e a sua procura turística. Para tal, pretende-se traçar um perfil do visitante, onde estejam incluídas as seguintes informações:

- características demográficas e sócio-económicas;
- motivações para a visita;
- comportamento que antecede a viagem;
- comportamento do visitante na área de destino;
- grau de satisfação.

Este perfil permite conhecer melhor o tipo de pessoa que visita a cidade de Guimarães, podendo esta direccionar melhor a sua oferta cultural e turística de modo a que vá ao encontro das necessidades e objectivos dos visitantes.

De forma a alcançar os objectivos propostos e tendo em conta as informações adquiridas para a realização deste trabalho, referentes a dados turísticos de Guimarães de anos anteriores, foram formuladas algumas hipóteses sobre conclusões a que se poderia chegar através deste estudo:

1ª Hipótese: Os visitantes de Guimarães são, na sua maioria, de nacionalidade portuguesa – Mais de metade dos visitantes culturais de Guimarães são de nacionalidade portuguesa (de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, mais de 50% das pessoas que visitaram Guimarães em 2004 eram provenientes de Portugal).

2ª Hipótese: Os visitantes da cidade de Guimarães têm, na sua maioria, uma elevada formação académica – Os visitantes culturais de Guimarães possuem, na sua maioria, um curso superior (segundo o Estudo de Marketing Turístico e Plano de Comunicação do Vale do Ave e Guimarães, realizado em conjunto pela Agência de Desenvolvimento

Regional do Vale do Ave e pela Câmara Municipal de Guimarães, em 2004, 68% dos turistas em Guimarães eram detentores de um curso superior).

3ª Hipótese: Os visitantes de Guimarães permanecem na cidade por um período de tempo muito curto – o visitante cultural de Guimarães procura maioritariamente o destino para “short-breaks”. (González (2005) refere que a permanência média dos turistas em Guimarães é de 1,7 dias. Já o estudo de marketing turístico referido na hipótese anterior conclui que 51% dos turistas vê Guimarães como um “destino sem pernoita”).

Obtenção, Análise e Tratamento dos Dados

Para proceder à obtenção dos dados foi utilizado o método de inquérito por questionário. As respostas foram obtidas com base na administração directa dos questionários através de um entrevistador e os questionários foram preenchidos através de entrevista ou através de auto-administração assistida. O questionário utilizado para tal foi concebido pela ATLAS² (*Association for Tourism and Leisure Education*), uma associação internacional que, entre outras funções, organiza e participa em projectos e estudos sobre turismo cultural. A estrutura do questionário permite que este seja aplicado em qualquer cidade do mundo, já que os seus objectivos principais são “conhecer melhor as motivações, experiências e impressões com que os visitantes ficam dos eventos ou atracções culturais”. Tendo em conta que a estrutura do questionário ia de encontro aos objectivos deste trabalho, optou-se pela utilização do mesmo. O seu pré-teste foi também concebido pela ATLAS, pelo que se pôde proceder de imediato à sua aplicação para este estudo.

Através do questionário pretende-se então obter as seguintes informações sobre o visitante: o grau de experiência e as suas motivações para a viagem; imagem que tem do destino; destinos que considere mais adequados para férias culturais; o tipo de alojamento em que está instalado e o tempo que pretende ficar na cidade; o seu grau de satisfação; o seu comportamento na área de destino; quanto pensa gastar e com quantas pessoas viaja; fontes de informação consultadas antes e durante a viagem; tipo de reserva efectuada; dados demográficos e sócio-económicos).

O questionário foi aplicado em vários pontos do centro histórico de Guimarães, visto ser este o local da cidade com maior fluxo de visitantes, uma vez que é também o local

² Desde 1992 que a associação ATLAS tem conduzido pesquisas e tem funcionado como um euro barómetro para a caracterização do turismo cultural na Europa (ver www.geocities.com/atlasproject2004).

com maior interesse turístico e cultural. A aplicação foi feita entre os dias 27 de Maio e 2 de Julho de 2007, a pessoas não-residentes da cidade de Guimarães. A amostra foi constituída por 130 indivíduos que se encontraram dentro desse parâmetro e que se dirigiram ao centro histórico de Guimarães no referido período de tempo. Apesar de se tratar de uma amostra por conveniência, houve uma tentativa de se evitar enviesamentos relacionados com a idade, género ou status social.

Após a recolha dos dados, estes foram introduzidos em computador, com o auxílio de um programa para tratamento estatístico, o SPSS. Após o seu tratamento, os dados foram então convertidos em gráficos e tabelas, através do Excel, para uma melhor visualização dos mesmos.

Resultados e Verificação das Hipóteses

Através dos resultados dos questionários, pode-se chegar às seguintes conclusões sobre o perfil dos visitantes de Guimarães:

No que diz respeito à **caracterização demográfica, social e económica**:

- predominam os visitantes de nacionalidade portuguesa (45%);
- predominam os visitantes do sexo masculino (56%), embora a diferença não seja acentuada;
- a maioria dos visitantes encontra-se em idades compreendidas entre os 30 e os 39 anos (32%);
- os visitantes possuem um elevado nível de educação: 41% tem o ensino secundário, enquanto 45% tem um curso superior (equivalente a bacharelato, licenciatura, mestrado ou doutoramento)
- a maioria dos visitantes encontra-se empregados (61%) e desempenha funções ligadas aos serviços e comércio (41%);
- a maioria não tem um cargo, ocupação ou formação ligados à cultura (64%);
- o rendimento anual dos visitantes situa-se entre os 5 000-10 000 Euros (35%) e os 10 001- 20 000 Euros (30%).

Quanto ao **grau de experiência**:

- 51% dos inquiridos já tinha visitado Guimarães anteriormente, pelo menos uma ou duas vezes (35%).

Em relação ao **motivo da viagem**:

- a maioria dos visitantes estavam em Guimarães a passar férias (43%), dos quais 46% considerou ser férias culturais e 41% considerou como turismo urbano;
- uma parte significativa dos inquiridos (41%) deslocou-se a Guimarães para visitar uma atracção cultural.

Quanto ao seu **comportamento antecedente à viagem**:

- a maioria utilizou a Internet (65%) como principal fonte de informação e de recolha de dados sobre o destino;
- no entanto, os guias de viagem (28%), as recomendações de familiares e amigos (26%) e a experiência de uma visita anterior (26%) também tiveram um peso considerável na decisão dos visitantes;
- 49% dos visitantes não efectuou qualquer tipo de reserva para a sua viagem, enquanto 36% fez reserva separada de transporte ou alojamento;
- o meio mais utilizado para fazer as reservas foi a internet (41%).

Sobre o **comportamento dos visitantes durante a viagem**, conclui-se que:

- 55% dos visitantes pernoveram em Guimarães, mas, na sua maioria, apenas por uma ou duas noites (44%), o que, juntando ao facto de 45% não ter passado nenhuma noite no local, caracteriza o período de permanência dos visitantes como sendo de curta duração;
- as principais fontes de informação utilizadas após a chegada dos visitantes ao destino foram as brochuras locais (65%) e as informações cedidas pelo posto de turismo (38%);
- as atracções culturais mais visitadas foram os monumentos (88%) e os locais históricos (86%);
- o hotel foi o tipo de alojamento mais escolhido pelas pessoas que pernoveram em Guimarães (49%);
- a maioria dos visitantes viajava sozinho ou acompanhado apenas por uma pessoa (80%);
- os gastos médios efectuados situaram-se, essencialmente, entre os 100-200 Euros (34%), havendo também uma percentagem elevada de pessoas que efectuaram gastos inferiores a 100 Euros (32%).

Quanto à **imagem e ao grau de satisfação**:

- os visitantes mostraram-se bastante satisfeitos com a visita, assinalando um grau médio de satisfação de 8, numa escala de 1 a 10, em que 1 representa "muito insatisfeito" e 10 representa "muito satisfeito";
- os visitantes consideraram ainda Guimarães como uma cidade agradável, muito interessante, com uma boa atmosfera e culturalmente rica.

No início do estudo foram formuladas três hipóteses. Os seus resultados são os seguintes:

1ª Hipótese: Os visitantes de Guimarães são, na sua maioria, de nacionalidade portuguesa – esta hipótese foi parcialmente confirmada. Os resultados demonstram que 45% dos inquiridos era de nacionalidade portuguesa (ver

Quadro IV, p.22). Apesar de não representar mais de metade dos visitantes, representa a nacionalidade com maior percentagem, o que reflecte um grande peso dos visitantes portugueses no valor total de entradas de visitantes em Guimarães.

2ª Hipótese: Os visitantes da cidade de Guimarães têm, na sua maioria, uma elevada formação académica –

segundo os resultados obtidos, apenas 45% dos inquiridos possui uma formação académica de nível superior. No entanto, 41% dos indivíduos possui habilitações literárias de nível secundário. (ver Quadro III, p.21). Numa perspectiva global, os visitantes de Guimarães possuem um nível de formação bastante considerável, tendo em conta que apenas 14% dos inquiridos não concluiu o ensino secundário.

3ª Hipótese: Os visitantes de Guimarães permanecem na cidade por um período de tempo muito curto –

como se pôde verificar, 45% dos inquiridos não chegou a pernoitar em Guimarães, enquanto 44% pernoitou apenas por uma ou duas noites. Estes últimos representam 80% do total de inquiridos que pernoitaram no local (ver Gráfico VII, p. 30). Isto vem confirmar a hipótese de que o visitante cultural de Guimarães procura maioritariamente o destino para “short-breaks”

Conclusão

O turismo cultural surgiu como forma de diversificar a oferta turística, apesar da cultura ter estado sempre interligada com o turismo. Exemplo disso é o facto dos turistas acabarem sempre por visitar atracções culturais durante a sua estadia, independentemente do motivo da sua viagem. Apesar de não se chegar a um consenso sobre a definição de turismo cultural, não existe dúvidas de que esta é uma prática que se encontra em expansão em praticamente todo o mundo, tornando este segmento do turismo cada vez mais competitivo entre si. Apesar de poder ser praticado em qualquer parte, os locais eleitos são os centros históricos das cidades.

Guimarães, objecto de estudo do presente trabalho, é uma cidade bastante caracterizada pela história e pela cultura, não só pela sua ligação ao nascimento de Portugal, mas também pelas inúmeras atracções turísticas de que dispõe, sendo uma das principais o seu centro histórico, classificado como Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO. Dispõe de uma vasta lista de património classificado, mas a sua beleza caracteriza-se pelo seu conjunto e não por monumentos individualizados.

Relativamente ao perfil dos visitantes culturais de

Guimarães, tornou-se claro que se tratam de adultos jovens, em idade activa, com um nível de educação consideravelmente elevado, que permanecem na cidade por um curto período de tempo, mas que ficam bastante satisfeitos com a experiência da visita e guardam uma imagem bastante positiva do local.

Tendo em conta que o estudo dos visitantes de determinado local é a melhor maneira de adequar a oferta à procura, de modo a satisfazer as necessidades e desejos de quem usufrui desse local, pensa-se que este estudo poderia atingir melhor os seus objectivos se as suas limitações fossem ultrapassadas. Tal poderia ser feito através do melhoramento dos seguintes aspectos:

- conteúdo do questionário – poderiam ter sido acrescentadas outras questões que completassem o estudo, como por exemplo, o meio de transporte utilizado;
- tempo e local de aplicação do questionário – o questionário poderia ter sido aplicado num período mais alargado de tempo e em locais mais variados dentro do concelho de Guimarães, para haver também uma maior diversificação de pessoas inquiridas;
- amostra – a amostra do estudo poderia ter tido uma maior dimensão para que os resultados se aproximassem mais da realidade.

Fica a sugestão de continuidade deste estudo, não só para aperfeiçoar os aspectos acima referidos, mas também para se poder fazer uma comparação periódica dos dados, de forma a analisar a evolução turística de Guimarães e dos seus visitantes.

Referências

Adrave; Câmara Municipal De Guimarães, Estudo de Marketing Turístico e Plano de Comunicação do Vale do Ave e Guimarães: Perfil do Turista de Lazer em Guimarães, 2004

Airey, D.; Butler, R.; Yaniv, P., Links between Tourists, Heritage and Reasons for Visiting Heritage Sites, In: Journal of Travel Research. 43, 2004, pp.19-28

Ashworth, G., Marketing and place promotion. Chichester: John Wiley & Sons, 1995.

Associação Nacional De Municípios Portugueses. Município de Guimarães. , Disponível em <<http://www.anmp.pt/munp/mun/mun101w3.php?cod=M4800>> Acesso em 23 de Set. de 2007.

Atlas. ATLAS special interest groups - Cultural Tourism Research Group. Disponível em <<http://www.atlas-euro.org/>> Acesso em 15 de Jan. de 2007

Bote, V., Planificación económica del turismo: de una estrategia masiva a una estrategia artesanal. México: Ed. Trillas, 1999BUCHO, D. A., . Turismo e Património: que relação?. Lisboa: Edições Colibri. 1998 Carneiro, M. J.; Eusébio, C.; Kastenholz, E., ., A relevância da investigação no ensino do turismo: algumas estratégias de intervenção na realização do inquérito. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005.

Câmara Municipal de Guimarães. Mapa da cidade Guimarães. Disponível em <http://www.cm-guimaraes.pt/pagegen.asp?SYS_PAGE_ID=449023> Acesso em 10 de Out. de 2007

Carneiro, M. J.; Eusébio, C.; Kastenholz, E., The impact of socio-demographics on tourist behavior –analyzing segments of cultural tourists visiting Coimbra. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002.

Fernandes, C.; Silva, G., The cultural tourism market in Portugal. Faro, In: Recent Developments in Tourism Research, Faro, Portugal, 2005.

Frias, A.; Peixoto, P., Representação imaginária da cidade: Processos de racionalização e de estetização do património urbano de Coimbra., Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

González, J. A. V., Promoção Turística Conjunta de Cidades Atlânticas "Património da "Humanidade". Lugo: Concello de Lugo., 2005, pp.25-71.

González, R. C. L.; Solla, X. M. S., Desenvolvimento Turístico sustentável em Cidades Históricas. Lugo: Concello de Lugo, 2005, pp.53-128.

Icomos. Carta Internacional Turismo Cultural. Bruxelas, 1976, Disponível em <http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/turismo/tur_cultural.htm> Acesso em 16 de Jul. de 2007.

Icomos. Carta Internacional Turismo Cultural. México, 1999, Disponível em <http://www.international.icomos.org/tourism_sp.htm> acesso em 16 de Jul. de 2007.

INE, Anuário Estatístico da Região Norte. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2004.

Judd, D. R., El turismo urbano y la geografía da la ciudad. Eure. Santiago de Chile. XXIX. nº 87, 2005, pp.51-62.

Junta de Freguesia de Gonça. São Miguel de Gonça, Divulgação histórica, cultural e do património natural. Disponível em <<http://www.acgonca.org/Freguesia/#Mapa>> Acesso em 10 de Outubro de 2007.

OMT, Cultural Heritage Tourism Development – A Report on the International Conference on Cultural Tourism. World Tourism Organization Conference Proceedings. Madrid: Organização Mundial de Turismo (OMT), 2001.

OMT, Recommendations on Tourism Statistics, Organização Mundial de Turismo (OMT), 1994.

Prentice, R., Tourism and Heritage Attractions. Londres: Routledge, 1993.

Richards, G., Cultural Tourism in Europe. Wallingford: C:A:B: International, 1996.

Russo, A. P, The "Vicious Circle" of Tourism Development in Heritage Cities. In: Annals of Tourism Research.29.nº1, 2002, pp.165-182.

Russo, A. P.; Van Der Borg, J. – Planning considerations for cultural tourism: a case study of four European cities. In: Tourism Management, pp 1-7.

Sarasa, J. L. A., Turismo y estrategias para la recuperación de las ciudades históricas. Cuadernos de Turismo. nº 3, 1999, pp.7-30.

Swarbrooke, J; Horner, S., O comportamento do consumidor no turismo, Ed. Aleth, 2002.

UNESCO, Convention pour la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Paris, 1972.

Universidade do Algarve. Projecto IMPACTUR, Indicadores de monitorização e previsão da actividade turística, Disponível em <<http://www.esght.ualg.pt/impactur/>> Acesso em 30 de Set. de 2007.

Zona de Turismo de Guimarães. Guimarães: património mundial em comunicação. Disponível em <http://www.guimaraesturismo.com/home_pt/turismo/patrimonio/monumentos_e_locais_de_interesse/> Acesso em 15 de Maio. de 2007.

ZTG, Perfil do Turista. Guimarães: Zona de Turismo de Guimarães, 2002.

ZTG, Síntese de Resultados Estatísticos. Guimarães: Zona de Turismo de Guimarães, 2006

Este artigo, inicialmente produzido para o módulo de psicopatologia forense da pós-graduação em intervenção social – vertente criminologia do ISPGaya) tem como objectivo proceder a uma revisão bibliográfica de estudos que abordem a relação entre o consumo/dependência de álcool e a prática de comportamentos suicidários, tendo-se verificado uma associação entre o consumo de álcool e o suicídio, a ideação suicida e a gravidade das consequências.



Miguel Ângelo F. M. Valério*

mvalerio@ispgaya.pt
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 V. N. de Gaia
www.ispgaya.pt

Palavras-chave: Álcool; Alcoolismo, Suicídio.

Álcool e Suicídio

Wichstrom investigou os factores de risco e os factores protectores de futuras tentativas de suicídio, identificando entre os factores de risco aspectos como uma baixa auto-estima e a intoxicação por álcool. (2000). Stack (2000) revê a bibliografia assente na temática do suicídio e questiona a perspectiva de Durkheim, mediante os resultados que encontra sobre o impacto de aspectos com os *media*, álcool, religião e política.

No mesmo sentido, verificou-se que a prevalência do consumo de substâncias psicoactivas (estando entre elas o álcool) bastante associado à existência de comportamentos suicidas (Trezza & Popp, 2000). Rossow apresenta também (através de uma revisão da literatura sobre o impacto do consumo de álcool em determinados problemas sociais), um elevado impacto do álcool no suicídio (2000).

Watson, em 2000, concluiu que indivíduos com perturbações mentais têm uma taxa de suicídio mais elevada que a população em geral. Contudo, verificou ainda, que quando o consumo de álcool aparece associado às perturbações mentais, a taxa de suicídio aumentou praticamente 100% em relação aos finais da década de 80. Markinen (2000) sistematizou a discussão das causas de suicídio nos países da Europa de Este, encontrando como causas mais comuns o consumo de álcool, alterações económicas, alterações políticas e a desorganização social. No mesmo sentido, outro estudo apresenta o consumo de álcool, cigarros e café como aumentando o risco de suicídio, sendo ainda maior quando estes consumos aparecem combinados (Tanskanen, Tuomilehto, Viinamaki, Vartiainen et al., 2000).

Um outro estudo (s.a., 2000), apresenta o álcool como um dos factores que potencializa o risco de suicídio em idosos. Ramstedt (2001) testou a hipótese de existir uma relação positiva entre o consumo de álcool e o suicídio encontrando uma relação entre os mesmos.

No mesmo sentido, Brainerd (2001) estuda as alterações

macroeconómicas nos países na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e conclui que, pelo menos nos indivíduos do sexo feminino, a relação entre o suicídio e essas alterações é inferior à relação entre as mesmas e o consumo de álcool.

Também King, Schwab-Stone, Flisher, Greenwald et al. (2001) encontraram uma associação entre o consumo de álcool e o risco de suicídio e a ideação suicida, mesmo após controlo de perturbações mentais e das variáveis demográficas. Outros autores estudaram as características entre a população Inuit (dos Estados Unidos da América) para identificar antecedentes e correlações com o suicídio, tendo estudado praticamente todos os casos de suicídio entre 1982 e 1996, tendo encontrado uma elevada presença de intoxicações por álcool. (Boothroyd, Kirmayer, Spreng & Malus, 2001)

Foster (2001), defende que a prevenção do suicídio requer uma compreensão da relação entre o consumo de álcool e o suicídio, apresentando diversos resultados (obtidos através de autópsias psicológicas) de estudos que indicam uma elevada prevalência de alcoolismo entre pessoas que cometeram suicídio (entre os 34% e o 56%).

Também nesta perspectiva, encontramos uma investigação, onde é realizado um estudo de controlo de caso onde procuraram a associação entre tentativas de suicídio quase letal e diversas facetas do consumo de álcool. Num a análise bivariada, verificaram que todos os aspectos estudados estavam associados às tentativas de suicídio (Powell, Kresnow, Mercy, Potter et al., 2001).

Em 2002, Kaslow, Okun, Young, Wyckoff et al., examinaram os factores de risco e protecção entre mulheres afro-americanas que tentaram suicídio comparando com outras que o não tinham tentado. Os resultados revelam que problemas relacionados com o consumo de álcool (entre

* Licenciado em Trabalho Social & Pós-Graduado em Intervenção Social (vertente de Criminologia)
Assistente da Escola Superior de Desenvolvimento Social e Comunitário do ISPGaya
Colaborador do Departamento de Educação e Psicologia da UTAD

outros) estão fortemente associados com as tentativas de suicídio. Outro estudo apresenta a dependência de álcool como um factor que coloca os indivíduos em alto risco para tentativas de suicídio (Preuss, Schuckit, Smith, Danko et al., 2002).

Frierson, Melikian & Wadman (2002), apresentam o trabalho de Patterson (s.d.) em que reflectem a avaliação do risco de suicídio entre diversos aspectos, apresentando como variáveis mais importantes a idade, a dependência de álcool e a história anterior de tentativas de suicídio. Defendem ainda o facto da taxa de suicídio entre pessoas com dependência de álcool ser 50 vezes superior à de pessoas sem dependências

Em sentido idêntico, o estudo de Kelly, Cornelius & Lynch (2002) estudou perturbações relacionadas com substâncias e perturbações não relacionadas com substâncias como preditores de tentativa de suicídio entre adolescentes, encontrando elevadas taxas de perturbações relacionadas com o consumo de álcool entre aqueles que cometeram tentativas de suicídio. Um outro estudo pretendeu avaliar a relação entre o consumo de álcool anterior ao suicídio, entre 1980 e 1998, na população americana em descendentes da população índia, sendo o álcool detectado em 69% da totalidade de suicídios (May, Winkle, Williams, McFeeley et al., 2002).

Preuss, Schuckit, Smith, Danko et al. (2003) chegaram à conclusão, através de um estudo prospectivo de cinco anos que indivíduos com dependência de álcool e com tentativas de suicídios anteriores têm uma probabilidade maior de tentar novamente do que indivíduos sem as mesmas. A associação entre ideação suicida com a intensidade (número de bebidas consumidas e dias em que ocorreu consumo de álcool) e a frequência do consumo de álcool foi examinada num estudo longitudinal com alcoólicos em recuperação (Conner, Li, Meldrum, Duberstein & Conwell, 2003), tendo sido verificado que nas mulheres existia uma relação em ambas as situações, enquanto que nos homens a relação apenas era estatisticamente significativa com a intensidade. Light, Grube, Madden & Gover (2003) defenderam que pesquisas anteriores demonstraram a correlação entre o consumo de álcool e a ideação e comportamentos suicidas na adolescência, embora não tenham apresentado uma relação causal entre as variáveis. No estudo realizado para avaliar esta relação, os autores verificaram que a ideação e comportamentos suicidas leva ao aumento do consumo de álcool entre as mulheres, enquanto que nos homens o percurso é o inverso, ou seja, os problemas relacionados com o consumo de álcool aparecem como um factor preditivo dos comportamentos e/ou ideação suicida.

Ainda em 2003, Bradvik & Berglund, conduziram um estudo, onde pretendiam verificar a variação do suicídio por dia da semana. Após comparação com vítimas de suicídio com depressão e outros diagnósticos, verificaram uma maior tendência para actos suicidas em indivíduos com dependência de álcool nos dois dias seguintes aos fins-de-semana e feriados, concluindo assim que o síndrome de abstinência de álcool poderá ser um contributo para este aumento de suicídios nos dias referidos.

Conner, Beautrais & Conwell (2003), tentaram identificar os factores de risco para comportamentos suicidas entre pessoas com dependência de álcool, verificando a predominância de perturbações do humor (principalmente depressão) e factores interpessoais (como dificuldades relacionais com o(a) parceiro(a). Um outro estudo realizado em 2003 na Dinamarca (Christoffersen & Sothill) pretendeu analisar a influência do consumo de álcool dos pais durante os anos de formação dos filhos, tendo concluído que esse consumo potencializa determinados comportamentos dos filhos como comportamentos auto-destrutivos (entre os quais encontramos as tentativas de suicídio).

Em 2004, Conner, Meldrum, Wieczorek, Duberstein & Welte analisaram a associação da impulsividade e da agressão com a ideação suicida em adolescentes e jovens adultos, sendo que encontraram uma forte associação entre a impulsividade e a irritabilidade (comportamentos fortemente relacionados com o consumo de álcool) e a ideação suicida nesta população. Um outro estudo (Wu, Hoven, Liu, Cohen et al., 2004) avaliou a associação entre o uso e abuso de álcool por adolescentes e a existência de comportamentos suicidas na mesma população, tendo existido uma forte associação entre as variáveis, inclusive após o controlo da variável da depressão.

Ilgen, Tiet & Moos em 2004 verificaram que indivíduos com tentativas recentes de suicídio reportaram padrões severos de consumo de álcool. Violanti (2004) realizou um estudo em que identificam uma relação entre o desenvolvimento da Perturbação de Stress Pós-Traumático e aumento do consumo de álcool entre agentes policiais. Identificaram ainda que, aquando desta ocorrência o risco da ocorrência de ideação suicida aumenta.

Um outro estudo que evidencia a relação entre o consumo de álcool e o suicídio na adolescência, revelou que aquando da adopção do programa de Tolerância Zero em Nova Iorque, e que levou a uma diminuição do consumo de álcool pelos adolescentes, a taxa de suicídio entre essa população também diminuiu, em valores entre os 7% e os 10%.

(Carpenter, 2004)

Já referimos e demonstramos que diversos estudos

apresentam uma associação entre o consumo de álcool e o suicídio, contudo a magnitude e a natureza dessa relação continua pouco clara. Neste sentido, Borges, Cherpitel, MacDonald, Giesbrecht et al. (2004) avaliaram o impacto do consumo de álcool nas tentativas de suicídio, tendo verificado uma associação positiva entre o uso de álcool 6 horas antes e a tentativa de suicídio.

Rossow, Groholt & Wichstrom (2005) procuraram avaliar se o aumento substancial do consumo de substâncias psicoactivas durante os 10 anos anteriores estava relacionado com as tentativas de suicídio na população adolescente da Noruega, verificando que uma grande percentagem das tentativas de suicídio era atribuída ao consumo de álcool do que a outras substâncias.

Morrissey (2005) examina a prática religiosa e as alterações culturais na Rússia, identificando uma relação entre suicídio e intoxicação por álcool. A impulsividade e a hostilidade (como verificado em estudos apresentados anteriormente) proporcionam um elevado risco de suicídio. Neste estudo (Citrome & Goldberg, 2005), apresentam a impulsividade como a razão para o facto de os indivíduos com uma perturbação bipolar terem o dobro da probabilidade de tentarem o suicídio quando comparados com aqueles que não consomem álcool.

Num estudo realizado em 15 países europeus suporta-se a hipótese de que o crescimento económico e o consumo de álcool têm um impacto significativo nas taxas de suicídio (Andres, 2005). Baigent (2005) identificou uma forte correlação entre os testes de identificação de perturbações relacionadas com o consumo de substâncias e os comportamentos e ideação suicida.

Segundo um estudo de Sher, Oquendo, Galfalvy, Grunebaum et al. (2005) indivíduos com depressão e alcoolismo têm mais comportamentos suicidas do que quando apenas umas das anteriores condições está presente.

Locke & Newcomb (2005) estudaram a influência de diversos factores eco-desenvolvimentais na ideação e comportamentos suicidas em adolescentes latinos do sexo masculino, tendo identificado como factores de risco os maus-tratos infantis, problemas parentais relacionados com álcool e o policonsumo como factores de prevenção a auto-eficácia, conformidade social e a união familiar.

Na sequência de estudos anteriormente apresentados, Swann, Dougherty, Pazzaglia, Pham et al. (2005) apresentam a impulsividade como um factor potencializador de comportamentos suicidas. Neste estudo, enunciaram ainda que a existência de uma história de abuso de álcool estava associada a uma maior probabilidade da ocorrência

de tentativas de suicídio. Dumais, Lesage, Alda, Rouleau et al. (2005), identificaram também uma relação entre o suicídio e altos níveis de impulsividade, apresentando o abuso e a dependência do álcool como um factor preditivo dos comportamentos suicidas.

Num estudo realizado por Sher (2006) são apresentados diversos grupos de risco no âmbito do suicídio, nomeadamente: pessoas com comportamentos impulsivos e agressivos, abuso, dependência e intoxicação por álcool, sendo o álcool importante em indivíduos sem história psiquiátrica, sendo que no caso da intoxicação os métodos utilizados sejam mais letais.

Conclusão

No estudo da relação entre estas duas variáveis (álcool e suicídio), todos os estudos apontam para uma influência do álcool nos comportamentos e na ideação suicida, a diversos níveis.

Se por um lado existe uma relação directa entre o consumo de álcool e a prevalência das taxas de suicídio em diversos estudos apresentados, concluímos também que a presença do álcool potencializa a probabilidade da ocorrência de comportamentos relacionados com o suicídio.

Verificamos também que este potencializar de comportamentos suicidas acontece não apenas no âmbito da população em geral, mas também em grupos específicos como os idosos, os adolescentes ou em grupos com determinadas perturbações mentais. Mesmo assim, aquando controladas estas variáveis continuam a existir uma relação estatisticamente positiva entre o consumo de álcool e o suicídio.

Também a relação entre características presentes em situação de intoxicação por álcool (como a impulsividade, hostilidade e a agressividade) e o suicídio foi estudada e considerada estatisticamente significativa.

Concluímos ainda que quanto maior for a gravidade do consumo de álcool, maior é a relação entre este e o suicídio, aumentando o potencial letal dos comportamentos.

Desta forma o álcool aparece relacionado com os comportamentos suicidas de uma forma bastante ampla, e que vai desde a associação directa a diversos tipos de influências indirectas (como a educação e as perturbações mentais, entre outros) e que passa pela potencialização desses actos.

Consideramos premente que se continuem a realizar estudos nesta área, e que os mesmos sejam feitos com sub-grupos populacionais de forma a podermos identificar as características que promovem estes tipos de comportamentos (quer relacionados com o álcool, quer com

o suicídio, quer com ambos) de forma a ser possível estabelecer estratégias de prevenção para os mesmos. Contudo, sugerimos que os estudos a realizar, não abordem apenas a identificação da relação entre esses factores ou dos factores de risco mas principalmente a identificação dos factores que protegem estes tipos de comportamentos, algo que verificamos estar a ser relativamente pouco abordado, especialmente no que se refere ao suicídio. É necessário, na nossa opinião, identificar os factores que levam a que os indivíduos não tenham ideação suicida, e dentro destes, os factores que levam a que não sejam desenvolvidos comportamentos suicidas. Isto porque, não podemos encarar a prevenção/promoção apenas em aspectos como o álcool que, embora com uma forte relação significativa com os comportamentos suicidas, apresentam uma relação ainda maior quando enquadrados e estudados em conjunto com outros aspectos.

Referências

- Andres, A. R. (2005).** Income inequality, unemployment, and suicide: a panel data analysis of 15 European countries. *Applied Economics*, 37(4), 439-451.
- Baigent, M. F. (2005).** Understanding alcohol misuse and comorbid psychiatric disorders. *Current Opinion in Psychiatry*, 18(3), 223-228.
- Boothroyd, L. J., Kirmayer, L. J., Spreng, S., Malus, M., Hodgins, S. (2001).** Completed suicides among the Inuit of northern Quebec, 1982-1996: A case-control study. *Canadian Medical Association*, 165(6), 749-755.
- Borges, G., Cherpitel, C. J., MacDonald, S., Giesbrecht, N., et al. (2004).** A case-crossover study of acute alcohol use and suicide attempt. *Journal of Studies on Alcohol*, 65(6), 708-714.
- Bradvik, L., Berglund, M. (2003).** A suicide peak after weekends and holidays in patients with alcohol dependence. *Suicide & Life*, 33(2), 186.
- Brainerd, E. (2001).** Economic reform and mortality in the former Soviet Union: A study of the suicide epidemic in the 1990s. *European Economic Review*, 45, 1007-1019.
- Carpenter, C. (2004).** Heavy alcohol use and youth suicide: Evidence from tougher drunk driving laws. *Journal of Policy Analysis and Management*, 23(4), 831-842.
- Christoffersen, M. N., Soothill, K. (2003).** The long-term consequences of parental alcohol abuse: A cohort study of children in Denmark. *Journal of Substance Abuse*, 25(2), 107-116.
- Citrome, L., Goldberg, J. F., (2005).** The many faces of bipolar disorder. *Postgraduate Medicine*, 117(2), 15.
- Conner, K. R., Beautrais, A. L., Conwell, Y. (2003).** Risk factors for suicide and medically serious suicide attempts among alcoholics: Analyses of Canterbury Suicide Project data. *Journal of Studies on Alcohol*, 64(4), 551-554.
- Conner, K. R., Cox, C., Duberstein, P. R., Tian, L., et al. (2001).** Violence, alcohol, and completed suicide: A case-control study. *The American Journal of Psychiatry Washington*, 158(10), 1701-1705.
- Dumais, A., Lesage, A. D., Alda, M., Rouleau, M., et al. (2005).** Risk Factors for Suicide Completion in Major Depression: A Case-Control Study of Impulsive and Aggressive Behaviors in Men. *The American Journal of Psychiatry*, 162(11), 2116-2124.
- Foster, T. (2001).** Dying for a drink. *British Medical Journal*, 323(7317), 817-818.
- Frierson, R. L., Melikian, M., Wadman, P. C. (2002).** Principles of suicide risk assessment How to interview depressed patients and tailor treatment. *Postgraduate Medicine*, 112(3), 65.
- Ilgén, M. A., Tiet, Q., Moos, R. (2004).** Outcomes of substance use disorder treatment in suicidal and nonsuicidal male patients. *Journal of Studies on Alcohol*, 65(5), 643-650.

Kaslow, N. J., Okun, A., Young, S., Wyckoff, S., et al. Risk and protective factors for suicidal behavior in abused African American women. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 70(2), 311-319.

Kelly, T. M., Cornelius, J. R., Lynch, K. G. (2002). Psychiatric and substance use disorders as risk factors for attempted suicide among adolescents: A case control study. *Suicide & Life*, 32(3), 301-312.

King, R. A., Schwab-Stone, M., Flisher, A. J., Greenwald, S., et al. (2001). Psychosocial and risk behavior correlates of youth suicide attempts and suicidal ideation. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 40(7), 837-846.

Light, J. M., Grube, J. W., Madden, P. A., Gover, J. (2003). Adolescent alcohol use and suicidal ideation: A nonrecursive model. *Addictive Behaviors*, 28(4), 705-724.

Markinen, I. H. (2000). Eastern European transition and suicide mortality. *Social Science & Medicine*, 51(9), 1405-1420.

May, P. A., Winkle, N. W. V., Williams, M. B., McFeeley, P. J., et al. (2002). Alcohol and suicide death among American Indians of New Mexico: 1980-1998. *Suicide & Life*, 32(3), 240-255.

Morrissey, S. K. (2005). Drinking to death: Suicide, vodka and religious burial in Russia. *Past & Present*, 186, 117-146.

Powell, K. E., Kresnow, M., Mercy, J. A., Potter, L. B., et al. (2001). Alcohol consumption and nearly lethal suicide attempts. *Suicide & Life*, 32, 30-41.

Preuss, U. W., Schuckit, M. A., Smith, T. L., Danko, G. P., et al. (2002). A comparison of alcohol-induced and independent depression in alcoholics with histories of suicide attempts. *Journal of Studies on Alcohol*, 63(4), 498-502.

Preuss, U. W., Schuckit, M. A., Smith, T. L., Danko, G. P., et al. (2003). Predictors and correlates of suicide attempts over 5 years in 1,237 alcohol-dependent men and women. *The American Journal of Psychiatry*, 160(1), 56-63.

Ramstedt, M. (2001). Alcohol and suicide in 14 European countries. *Addiction: Alcohol Addiction*, 96, 59-75.

Rossow, I., Groholt, B., Wichstrom, L. (2005). Intoxicants and suicidal behaviour among adolescents: changes in levels and associations from 1992 to 2002. *Addiction*, 100(1), 79-88.

s. a. (2000). Suicide prevention. *Postgraduate Medicine*, 108(6), 155.

Sher, L. (2006). Alcohol consumption and suicide. *QJM*, 99(1), 57.

Sher, L., Oquendo, M. A., Galfalvy, H. C., Grunebaum, M. F., et al (2005). The relationship of aggression to suicidal behavior in depressed patients with a history of alcoholism. *Addictive Behaviors*, 30(6), 1144-1153.

Stack, S. (2000). Suicide: A 15-year review of the sociological literature part I: Cultural and economic factors. *Suicide & Life - Threatening Behavior*, 30 (2), 145-162.

Swann A. C., Dougherty D. M., Pazzaglia, P. J., Pham, M., et al. (2005). Increased Impulsivity Associated With Severity of Suicide Attempt History in Patients With Bipolar Disorder. *The American Journal of Psychiatry*, 162(9), 1680-1687.

Tanskanen, A., Tuomilehto, J., Viinamaki, H., Vartiainen, E. et al. (2000). Joint heavy use of alcohol, cigarettes and coffee and the risk of suicide. *Addiction*, 95(11), 1699-1704.

Trezza, G. R., Popp, S. M. (2000). The substance user at risk of harm to self or others: Assessment and treatment issues. *Journal of Clinical Psychology*, 56(9), 1193-1205.

Violanti, J. M. (2004). Predictors of Police Suicide Ideation. *Suicide & Life*, 34(3), 277-283.

Watson, R. (2000). EU aims to reduce suicides. *British Medical Journal*, 321(7265), 852.

Wichstrom, L. (2000). Predictors of adolescent suicide attempts: A nationally representative longitudinal study of Norwegian adolescents. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 39(5), 603-610.

Wu, P., Hoven, C. W., Liu, X., Cohen, P., et al. (2004). Substance Use, Suicidal Ideation and Attempts in Children and Adolescents. *Suicide & Life*, 34(4), 408-420.

Fluxos, desenvolvimento e estratégias de construção de uma política social nacional em torno das novas tecnologias de informação e comunicação.

Este artigo constitui uma reflexão sobre questões de desenvolvimento que se colocam ao nosso país num momento de reconfiguração internacional de lógicas, tecnologias e processos produtivos. O Estado-providência dilui-se dando lugar a novas gestões públicas, o terceiro sector encontra legitimidade para uma reafirmação. Repensar as polarizações planetárias e formas de assegurar posições na lógica de fluxos que caracteriza a 'rede' mundial são desafios ao desenvolvimento nacional que obrigam a uma abordagem de dissonâncias presentes entre as instituições estruturantes: 'família', 'escola' e 'trabalho'. Propõe-se uma análise que dirigida a recém-licenciados na área da informática como informadores privilegiados de (re) configurações económicas, sociais e políticas em Portugal.



José Carlos Morais
jmorais@ispgaya.pt
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 V. N. de Gaia
www.ispgaya.pt

1. Novas tecnologias e uma nova gramática do tempo

Tempo: medido, espartilhado, vivido, apropriado, construído, imaginado e imajado. Cada pessoa tem o seu tempo, a sua gramática para ler o tempo (Fernandes, 2000b). A forma como o vive e entende é configurada, por exemplo, pela posição ocupada nas relações de produção e pelo trabalho/emprego que lhe cabe segundo as lógicas de divisão social do trabalho que caracterizam determinada sociedade – lógicas cujas imanências correspondem a terminado tempo. Diríamos das propriedades ortopédicas do trabalho na construção do *habitus* individual ou de classe (Costa, 1999). Limitar as construções simbólicas e ideológicas às tarefas desempenhadas, ao trabalho, é limitador de ponderações sobre um livre arbítrio próprio ao ser humano e a mais nenhum ser vivo, capaz que é de usar a sua 'matéria pensante' - *res cogitans* - muito para além do que o homo sapiens augurava à 120 mil anos, aquando do início da sua diáspora planetária com berço no continente africano. O trabalho é estruturante, a par de estruturações e construções ab initio com a ténpera da família e demais instituições sociais, como a escola (Bourdieu, 1979, 1987, 1989, 1997; Bourdieu et al, 1964). As condições objectivas da existência asseguram uma 'corrente' entre trabalho e indivíduo, quer nas suas propriedades emancipadoras quer na sua vertente posicionadora de lugares de classe, por vezes não desejados, como não desejados podem ser os conteúdos do trabalho e do emprego. O trabalho é um operador simbólico fundamental, dizendo *quem* são os indivíduos, *o que são*, *como se podem situar* no espaço social em termos de posições disputadas por agentes envoltos em estratégias (ou na sua subversão) que garantam lugares centrais, porque legitimadores da ordem social vigente segundo a grelha ideológica/simbólica classificatória imposta pelos ocupantes desses lugares centrais na viagem pelo tempo que todos encetamos à nascença e findamos com o óbito, preocupando-nos com a transmissão da centralidade destes lugares aos nossos herdeiros (idem). O trabalho de cada um é uma marca de distinção (ibidem). Os 250.000 anos que demorou a passagem do paleolítico

para o neolítico (períodos classificados diferencialmente por relação à tecnologia empregada – pedra lascada e depois pedra polida) são imponderáveis na contemporaneidade, caracterizada que é por mudanças radicais de tecnologia empregada a cada trinta anos, sendo que dentro de cada 'vaga' (Toffler, 1984) de tecnologia a mudança ocorre a cada segundo que passa. Esta tecnologia faz parte do constructo simbólico e material que se denomina 'cultura', sendo que a micro-electrónica difundida a partir de meados dos anos 70 do século passado configura a realidade simbólica e as construções ideológicas com propósitos de inteligibilidade estruturante e ordenadora da realidade objectiva (não obrigatoriamente ordenada).

Sobre as novas tecnologias da informação e comunicação (NTIC's) recai a responsabilidade e a esperança de reconfigurarem relações de produção, lugares de classe e a coesão social sob a égide de um novo modo de produção, por ora assente nas dinâmicas do industrialismo e na lógica económica internacional que lhe esteve (está?) inerente. O *trabalho*, o *consumo* e o *lazer* podem agora ser alvo de mudanças imponderáveis no paradigma industrial, configurando uma cidadania nova.

2. Novas tecnologias e novos serviços: um novo modelo de desenvolvimento nacional?

As NTIC's são uma realidade, incontornável porque a sua presença é evidente, inevitável. O paradigma informacionalista (Castells, 2005a, b e c) reporta a presença da micro-electrónica em todas as áreas da actividade humana, sendo que a agricultura e a exploração espacial usam e desenvolvem esta tecnologia, configurando um conjunto de profissões que corporizarão um sector quaternário (Clavel, 2004; Castells, 2005, a, b e c) para além do terciário, já existente. Estes novos serviços assentes na difusão/uso generalizado de novas tecnologias reformulam a realidade do trabalho, sendo óbvio (no informacionalismo) que absorverão força de trabalho local de momento excedentária porque desocupada pela indústria que se deslocou pelo globo na senda de vantagens locais, que vão

desde o preço da mão-de-obra ao acesso a matérias primas mais baratas, usáveis sem limites legais à poluição inerente à produção. O capital e o trabalho, enquanto fonte de riqueza nacional, nos moldes que caracterizam o *industrialismo*, já não estão no centro do sistema-mundo, estruturando-se uma nova ordem económica mundial ditada a partir de centros que geograficamente se deslocam (deslocalizam?) numa lógica de fluxos já existente, mas agora intensificada nos conteúdos e na velocidade pelas novas tecnologias. A nova lógica de fluxos tem como fulcro a informação, o saber (Castells, op cit). Pode mais quem sabe mais e quem consegue materializar esse saber. Investigação e desenvolvimento (I&D) constituem a lógica que domina cada vez mais. Os fluxos ligam agentes a nível planetário, sendo que estes agentes são cada vez mais numerosos e complexos, partilhando um jogo (*illusio*) do qual não são donos e logo não controlam, sendo a realidade caracterizada pelo 'risco' (Beck et al, 2000), nas suas facetas destruidoras e renovadoras, numa lógica de reflexividade e de renovação adaptativa, destradicionalizadora porque recriadora (Beck et al, 2000; Giddens, 1992, 1997, 1999). A tradição legitima-se pela possibilidade de fazer face a novos desafios. A herança histórica é seleccionada por relação aos desafios do presente. Se é verdade que autores há que constatarem uma diluição do passado e das suas propriedades estruturadoras da identidade pessoal por inerências da ilusão do consumo, porventura mais desestruturante do que integrador (diferenciado por condições objectivas da existência, como a posse diferencial de capitais diferenciados) afastando possibilidades de uma consciencialização de lugares de classe como inerência de um processo histórico de construção da produção (Lopes, 1997) - e logo de alteração da estrutura social diferenciante entendida como natural, óbvia e lógica -, outros autores (Fukuyama, 1996) reforçam as possibilidades de 'confiança' nesta lógica de fluxos onde se consolidam valores que no seu conjunto darão corpo a uma ética presente sem que os indivíduos se relacionem com obrigação de uma interacção face-a-face (em co-presença) onde o universo moral partilhado é exibido/exposto nas encenações que corporizam a realidade relacional quotidiana (Goffman, 1968, 1982, 1993).

3. Novas tecnologias e a lógica dos fluxos: a governança possível

Fluxos. Fluxos de informação, fluxos de capitais, de serviços, produtos e pessoas. Fluxos dentro de fluxos, redes dentro de redes e fluxos dentro das redes. Sendo a lógica dominante a dos fluxos, impera a necessidade de participar desses fluxos,

participar da rede de fluxos, com um lado mais visível na *Internet* (Castells, 2005, a, b e c; Cardoso, 2005; Cardoso et al, 2005). Assumimos as potencialidades da participação nos fluxos (Capucha, 2005), possibilitadora de 'saltos' em termos de modernização, sendo que uma região deve colocar 'contributos' na rede para não ser afastada para 'longe'. As posições na nova geometria variável do sistema-mundo (Castells, 2005, a, b e c) são aferidas pela partilha da rede, em tudo o que isso possa implicar. Mais *online*, mais central, mais *offline* mais periférico (Santos, 2006).

O desenvolvimento nacional passará pelas modalidades de participação no jogo (*illusio*) dos fluxos, sendo óbvias as necessidades de familiarização da população portuguesa com esta conectividade e suas potencialidades, de modo a não 'estagnar' por inerências também óbvias de uma modernidade inacabada e muito própria (Costa et al, 1998). Um estudo recente (Cardoso et al, 2005) mostra as consequências em termos de participação na 'rede' de limitações estruturais nacionais que remetem para diferenças com relação directa a variáveis como a profissão e idade, construindo-se a partir de dados empíricos teoria que conclui o analfabetismo (também funcional) da população portuguesa, muito explicável pela história nacional que caracteriza o pós 1ª república.

Aproximar os portugueses da lógica dos fluxos é o desafio que se apresenta a políticos e a legisladores, programadores e investigadores. Diremos que verificamos a existência de três países dentro de um mesmo país. O país dos cidadãos que protagonizam a lógica dos fluxos, o país dos cidadãos que espectam a lógica dos fluxos e o país dos cidadãos que a desconhecem - apesar de por ela serem condicionados mais ou menos directamente. Três países que correspondem a três tempos construídos e vividos diferentemente. Os Estados-nação instituídos são-no porque delimitaram um pedaço de território que procuram proteger - já que a existência do Estado inere este território próprio - , reclamando-se possuidores de especificidades únicas, económicas, culturais e sociais, se é que as poderemos entender como dissociáveis. Reinventar um Estado-nação com base numa estratégia concertada por entidades supra-nacionais, como a 'Estratégia de Lisboa' (da lavra do Conselho Europeu (em 2000) com poderes executivos no âmbito da União Europeia, berço do nosso Plano Tecnológico, é possível, sim, mas as estruturas não mudam no curto prazo (por isso mesmo são 'estruturas'), sendo o caminho da mudança mais demorado do que se poderia desejar quando pensamos na competitividade da U.E. na lógica de fluxos planetária.

A competitividade portuguesa assentou até agora numa

industrialização baseada em fraco investimento tecnológico e em salários esmagados (Santos, 1998), baixo investimento tecnológico possibilitador de inovação pouco dispendiosa e baixos salários originadores de produção a custos reduzidos. Esta lógica de adaptação a demandas do centro da economia-mundo com base no que 'por cá' existe é transposta para a 'sociedade-providência' que substituiu o 'Estado-providência' que nunca se concretizou verdadeiramente, sendo que a dualidade da sua acção desprivilegiou sectores da população entregues a si próprios e às redes de solidariedade que foram constituindo rentabilizando vantagens locais, com forte presença da igreja católica (Ferreira, 2000).

A nova gestão pública pautada por critérios de gestão do sector 'privado' acima do 'serviço público' acrescentam desafios a esta capacidade de sobrevivência na semiperiferia do sistema-mundo (Murteira, 1983, 1988; Wallerstein, 2005). A argumentação consubstanciadora de estratégias de crescimento e de desenvolvimento baseada nas novas tecnologias apoia-se na participação da lógica de fluxos integrando a economia nacional no contexto da produção mundializada, cada vez menos caracterizada por posicionamentos geográficos (Capucha, 1998, 2005). Podemos produzir tudo a partir de qualquer ponto do globo. Em potência. Contudo Portugal é Portugal. Ainda. A racionalidade presente na análise da realidade objectiva revela as debilidades nacionais na lógica dos fluxos (Cardoso et al, 2005). A posição semi-periférica não está antes nem depois da realidade actual. Mantêm-se também debilidades herdadas e mantidas pelas instâncias de socialização, como a família ou a realidade do trabalho, eventualmente a explicarem práticas antigas com novas tecnologias, antigos usos em novos 'contentores' ou suportes (o digital, por exemplo).

4. Confiança e risco na lógica dos fluxos

O período de análise talvez ainda seja curto para concluir acerca de hierarquias nacionais e sociais presentes na rede e nos fluxos. Giddens aponta os eixos da modernidade e aventa deslocamentos no mesmo usando um período de análise que excede os 100 anos (Giddens, 1992), sendo esta uma variável mais na apologia do desenvolvimento assente nas NTIC's. Assim, o desemprego que caracteriza os países do outrora centro do sistema mundo do industrialismo ainda não foi absorvido por ocupações num sector de serviços nado das novas tecnologias. As desregulações e exclusões originadas pelo não emprego industrial serão sanadas no longo prazo, verificando-se já alguns sinais de mudança (Fukuyama, 1996, 2000).

Crescer economicamente implica colocar na rede, não só esperar a rede. O (des) equilíbrio resultará de homeostasias regionais em termos de investigação e desenvolvimento. A I&D portuguesa acusa ainda debilidades estruturais que darão continuidade a desigualdades de posicionamento na rede (Cardoso et al, 2005). As páginas na net em português são ainda escassas por comparação com outras línguas, sendo também pouco o peso das patentes nacionais no PIB (idem).

A lógica dos fluxos é a lógica para a qual nos temos que preparar, ganhando vigor a discussão em torno das responsabilidades do Estado na *info-inclusão*. Em princípio propiciadora de novos protagonismos em termos de elites e de reconfiguração da cidadania. A formação será a chave para o desenvolvimento. Formação ao longo da vida, direccionada para um saber renovável e descartável, com um ciclo de vida cada vez mais curto, substituidor do saber e qualificação entretanto obsoletizados.

Quem já participa da lógica destes fluxos dispensará formação, constituindo agentes activos nos processos de troca flexiva pelos quais se mantêm *online*, eventualmente desempenhando tarefas a partir do espaço doméstico encomendadas a nível nacional e internacional, constituindo repositórios de informação usável worldwide, ou demandando produtos e serviços onde quer que os possam encontrar de forma mais vantajosa. A participação na lógica de fluxos ultrapassará o contacto com as novas tecnologias, indo para além de usos individualistas/egoístas, como a conectividade reportada à troca de informações de carácter pessoal que substituíram o telefone ou o correio tradicional. A lógica dos fluxos vai para além de acções que giram em torno do bem-estar emocional dos utilizadores da Internet. O associativismo terá porventura uma grande oportunidade com as possibilidades comunicacionais inauguradas com a *World Wide Web*, estruturando redes de relacionamento incrementadoras do *capital social* individual ou dos grupos de interesse. Mais e melhor gestão de recursos e possibilidades em geral, a par de uma reconfiguração das possibilidades de negociação de interesses individuais face a outros interesses e poderes instituídos, em termos nacionais e internacionais, configuram identidades e logo a defesa de interesses partilhados. Mais do que uma visão das negociações de imposições Estatais, como são as políticas sociais submetidas a lógicas de identificação com a esquerda ou com a direita, serão os interesses individuais a ditar a acção tornada colectiva, sendo que individualmente cada cidadão estará envolvido num processo contínuo de renovação adaptativa, de auto-reflexividade (Giddens et al, 2000; Giddens, 1997, 1999).

A cidadania nunca foi tão acessível, já que a conectividade aproxima todos os que a procurem na gestão da vida pública, do espaço público, do *centro* enfim. Subúrbios e periferias podem desaparecer virtualmente pelas virtuosidades da realidade virtual. Como chamar o maior número de cidadãos ao *illusio* dos fluxos? Se a aproximação à informática está dependente da formação académica, que denota regularidades sociais por relação a classes sociais de origem (Fernandes, 2001), as novas elites serão constituídas pelos mesmos cidadãos das anteriores, reproduzindo-se velhos fenómenos de estratificação e exclusão social com as novas tecnologias.

Residirá aqui um dos principais obstáculos à concretização da democracia digital (Cardoso, 2005), ou seja, o *habitus* adquirido em contexto familiar. O diálogo metodológico entre teoria e empiria, mostra as suas virtuosidades na seguinte abdução: vantagens de partida (familiares) privilegiariam determinado relacionamento com o espaço público mediado pelas novas tecnologias, pela interface permitida entre produtores (Estado, por exemplo) e consumidores de bens e serviços. Licenciados na área da informática seriam pioneiros da nova democracia reconfigurada na realidade da aldeia global que chamaremos figurativamente de **Digitália**. Mas não são.

5. Uma nova nação: a Digitália

A Digitália é uma aldeia global, cada vez mais, é verdade. Contudo a visão inocente de uma unidimensionalidade do pensamento (Lopes, 1994) incapaz de fragmentar a uma sociedade fechada - por oposição à 'sociedade aberta' de que fala Popper (1987)- orquestrada apenas por uma racionalidade capitalista e logo de **lucro** será de rejeitar desde logo. Não porque a forma de estar ocidental/capitalista não esteja a 'colonizar' o globo, mas porque esta 'colonização' é multiforme, concretizada numa miríade de formas e modalidades que variam não só de continente para continente, de país para país, mas também dentro de um mesmo país. Dizemos que a par de neoglobalismos se afirmam neolocalismos (Lopes, 1994), exportados por vezes, outras vezes preservados por relação a um inimigo real ou imaginado, sendo a fonte das identidades fundada em características básicas ou primárias como a cor da pele ou a religião (Castells, 2005a, b, c). Pressupomos que o ser humano, onde quer que se encontre (geograficamente ou socialmente – por relação a uma determinada estrutura de classes) na Digitália não é mais inteligente ou menos, mais ou menos racional, apenas é. Encripta e descripta a realidade espácio-temporal atribuindo-lhe conteúdos – ou *autentix*, recorrendo a

linguagem militar - no contexto simbólico que detém (construído e em construção, sempre), e com o qual estrutura a realidade (Fernandes, 2000a; Lopes, 1994), sentida e vivida diferentemente, sempre multiforme e sempre mutante, residindo aqui o elemento 'vida' do real social. A estrutura é estruturante na Digitália como em qualquer 'lugar', sendo que um pensamento único será impossível porque únicas são as determinantes estruturais da realidade objectiva própria a cada cidadão do planeta. Dizemos pensamento único ou modelo de desenvolvimento único. Poderemos até conceber a existência de vários modelos de desenvolvimento dentro das mesmas fronteiras nacionais, como diferentes podem ser os tempos construídos e vividos por cidadãos diferentes. Pensamos que residirá aqui o principal enfoque da análise do desenvolvimento nacional no contexto do informacionalismo, bem como a intervenção social, planeada por relação aos plurais construtos simbólico/económico/sociais em torno das NTIC'S. A noção da impotência relativamente ao sistema democrático existente ou a noção do curto alcance das vistas dos nossos empresários ou do Estado, o pessimismo relativamente ao futuro, são exemplos de construções estruturantes dos usos da 'rede' que deverão ser justificados forma científica, justificando apropriações culturais (simbólicas, portanto) do real e construções sobre as (im)possibilidades de com ele lidar (contemplando também a mudança), explicando práticas sociais perspectivadas em termos de 'fenómeno social total' (como foi entendido por Marcel Mauss) cruzando diversas instâncias de construção e reformulação de *habitus* (Bourdieu, 1979).

Afigura-se-nos oportuno neste ponto em que advogamos a neutralidade ética e a análise racional e simultaneamente multidimensional dos fenómenos sociais, procurando na *imaginação sociológica* conexões entre factores determinantes que conjugados resultam na realidade social a abordar (procurando nesta elaboração compreensiva da constelação de 'causas causantes' fundamentos para apontar ou construir as mais determinantes). Assim, poderemos tentar compreender a configuração do tecido industrial português, caracterizado por pouca inovação tecnológica e por uso de mão-de-obra pouco qualificada e mal paga. A existência desta mão-de-obra pouco qualificada 'estrutura' ou justifica o uso da mesma, por outro lado o uso deste tipo de mão-de-obra institui ou torna natural o seu uso e as práticas de salários esmagados. Estruturas estruturam práticas, práticas estruturam as estruturas: as estruturas são estruturantes. Poderemos afirmar que os nossos empresários assumiram práticas possíveis no

contexto da nossa realidade semi-periférica que naturalizou empresas/unidades fabris de reduzida dimensão com pouco investimento em factores de produtivos como o trabalho (muito) qualificado ou formação bruta de capital fixo. Estas são características que permitem lucro em condições de demanda variável do mercado nacional e internacional. Uma lógica dos fluxos **nossa** pode estar já em prática há décadas: aglomerados industriais compostos por unidades de reduzida dimensão, com fraco investimento tecnológico, próximas geograficamente e que combinam entre si processos e lógicas produtivas. Em caso de necessidade de alteração do *outcome* produtivo, a reduzida dimensão, o fraco investimento em tecnologia e de um modo geral em capital fixo, bem como o recurso a uma mão-de-obra pouco qualificada e renovável (substituível ou readaptável) permite uma mais fácil renovação e reorganização entre unidades de produção, ou seja, uma maior reflexividade adaptativa (no sentido que Giddens lhe atribui). Este raciocínio supra realizado é um exercício de procura de estruturas que se escondem nas práticas, a procura da sua racionalidade, o modo como estas práticas elas próprias se ‘solidificam’ em estruturas, que dando continuidade a limitações estruturais nacionais são o seu reflexo ‘adaptativo’. A abdução obrigaria a um contacto empírico com os nossos empresários, raciocinando reflexivamente entre aportes das suas revelações e aportes da teoria.

6. Apontamentos para uma investigação assertiva com a actualidade nacional

O procedimento científico implica sempre uma fase exploratória (Quivy, 1992) na qual são realizadas leituras reorientadas, como reorientados serão os interesses da investigação, por informação obtida junto de informadores privilegiados relativamente às temáticas visadas. Os recém-licenciados em informática servirão por razões óbvias como o fiel da balança de práticas e representações que remetem para a democracia no contexto não da *Digitália* mas agora de Portugal. A justificação do analfabetismo em geral, do analfabetismo funcional, da info-exclusão não se aplicará a este grupo de cidadãos portugueses. Recém-licenciados já contactados e colocados em situação de entrevista grupal revelam basicamente três ordens de ideias: 1º opiniões divergentes acerca da vanguarda protagonizada pelo Estado vs sector privado em termos de modernização, ora impulsionadores ora bloqueadores de mudança; 2º opiniões também não consensuais acerca dos usos da Internet por parte da população que revelam pouca reflexão acerca de possibilidades novas para a democracia e gestão do domínio público e visões dissonantes acerca de razões de uso da

mesma; 3º constatação consonante da presença crescente das NTIC's na realidade individual e colectiva, com usos práticos crescentes no trabalho, adiantando que muita da inovação tecnológica será forçada por razões de produtividade, sendo o sector privado muito ‘racional’ na aquisição de tecnologia nova, já que o tecido empresarial não está sensibilizado para o paradigma informacionalista, por falta de visualização de resultados inerentes ao seu usos, diríamos, estando a interiorização da racionalidade/lucros por ora (?) adiada.

Este vai-vem heurístico entre discurso de informadores privilegiados e possibilidades ‘apropriadoras’ da realidade confirma suspeitas de construções desenvolvimentistas nacionais dissonantes de um ‘modelo reinante’, que apontaria no sentido da integração da micro-electrónica e da informática em todos os sectores de actividade - primário, secundário e terciário, mais um que lhe seria totalmente ‘devotado’ porque por elas criado, o quaternário (Castells, op cit). Esta integração será realizada por um ‘overcame’ do informacionalismo e da lógica dos fluxos que lhe está inerente (Castells, op cit; Cardoso et al, 2005), numa lógica de reflexividade (Giddens, 1997) visível porque materializada em opções tecnológicas materializadas em dispositivos e processos produtivos sempre em reflexividade adaptativa, como em adaptação constante estarão os cidadão imbuídos ou abarcados por esta lógica. Mais do que conhecer presenças crescentes de NTIC's no nosso país, será fundamental conhecer até que ponto, e até quando, a produção, e ‘qual’ produção, poderá continuar a prescindir destas aplicações da micro-electrónica. A interpretação dos discursos levanta a ponta do véu que esconde discontinuidades no terreno e a programação política que advoga a familiarização com a lógica de fluxos mundial como parte de uma estratégia de crescimento e desenvolvimento integradora do território nacional na lógica de produção global (Capucha, 1998), que talvez não necessite de novas configurações nos ‘acessos’, nas configurações democráticas nacionais e supranacionais, nem contemple novos ‘projectos’ de sociedade.

7. Um novo papel para o Estado e para a Escola: Os principais agentes de mudança social nacional

Questões renovadas se afiguram acerca do papel formador e educador do Estado, materializado por exemplo em tudo o que respeita ao sistema de ensino português. As limitações da formação residem não no próprio conteúdo da formação mas nas (re) aprendizagens realizadas na realidade objectiva do trabalho ou nas heranças de disposições e sensibilidades em contexto familiar. A escola continua a ser um espaço de

confirmação de habitus e de reformulação ou reconstrução do mesmo (Bourdieu et al, 1967), mas estaremos atentos à realidade vivida fora do ensino formal e formatado, mas no domínio do informal e do implícito decorrente dentro das *boundaries* da escola (Lopes, 1997). Mais do que imposta, a familiarização com a net deve ser construída, a par de formação para a cidadania, emancipadora e neste caso destradicionalizadora por relação a mundividências arreigadas pelos 48 anos de *ancien regime*.

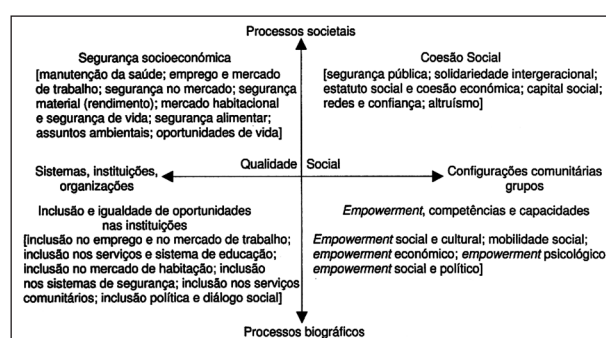
Mudar o paradigma de ensino. Vamos. Tactativamente experiênciam-se acções e reacções, vozes ajustam-se aos ecos, sendo que os ensinantes reformulam acções e conteúdos na nova realidade mundial. Rodeamo-nos de novas tecnologias materializadas no telemóvel e no quadro interactivo que substitui o *blackboard* onde o giz dá lugar à apresentação digital de conteúdos. Olhar o quadro digital ou o ecrã do computador não faz, *per si*, dos cidadãos participantes activos na lógica dos fluxos. 'A vida no ecrã' diria Sherry Turkle (1997), já que observar a realidade e falar dela (para lá dos egoísmos) pode não resultar na sua alteração - económica, social, política, cultural, militar, etc. Falamos de 'mudança social' porque é inerente à erradicação da pobreza e da exclusão social. Inclusão implica deixar de estar em situação de exclusão, implica mudar, reajustar, redistribuir, dar meios de emancipação e de não-dependência (Fernandes, 1991, 1992, 1993, 1995a, 1995b, 2000a, 2000b, 2006). Contactos com investigadores nacionais, privilegiados informadores acerca da sociedade da informação em Portugal, revelaram um pressuposto basilar na avaliação da situação actual de Portugal em termos de políticas sociais: a presença de tecnologia nova não acarreta obrigatoriamente novos modos e relações de produção, sendo natural a coexistência (à semelhança do que acontece com outros países) de diferentes tempos no espaço nacional, mais ou menos relacionados com o tempo dos fluxos (Gustavo Cardoso em entrevista ao autor, 7 de 2007). A certeza de efeitos de *spillhover* (Silva, 2004) em termos de crescimento económico e de desenvolvimento não será aceitável pressupondo protagonistas do crescimento económico de cidadãos que por inerências deste crescimento de outrem melhoram os seus níveis médios de consumo (Giddens, 2004) – elites e demais cidadãos – como acontece com a comunidade mexicana em Silicon Valley, dualizando com novas modalidades o espaço social e as suas representações (Fernandes, 2000a).

8. Informacionalismo e Qualidade Social: para além da esquerda e da direita

Escuda-se a argumentação do informacionalismo nas

possibilidades comunicacionais agora disponibilizadas, propiciadora de 'qualidade social' (Capucha, 2005).

Mais do que disponibilizar, importa veicular as lógicas e razões do uso da net possibilitadora de incrementos de 'capital social'.



Fonte: Wolfgang Beck e outros, 2001: 331, cit. Capucha, 2005: 38

Se os quatro eixos da 'qualidade social' (indicador de «bem-estar» presente na linguagem da programação política europeia desde os anos 90 do século passado) encontram seguimento nas possibilidades comunicacionais inauguradas com as NTIC's, sendo provavelmente maior esta qualidade social em populações que integram a rede - estando «conectadas» - comparativamente a grupos (comunidades, países e continentes, alargando o foco da análise) que o não estão. Mas os usos serão determinantes das características desta comunicabilidade.

A *abdução* (tal como a definiu epistemologicamente Levy-Strauss) revela as suas virtuosidades na procura de orientações para políticas sociais a praticar. Cada país, cada região e cada comunidade revelam a sua singularidade em temas que são estudados e situados problemáticamente em termos mundiais. A 'impregnação' de teoria na análise factual será limitadora se aludirmos, por exemplo, a inadequações na análise do desenvolvimento entendido como tendo inerente o subdesenvolvimento das periferias e favor de um desenvolvimento modelado e localizado no centro. Lembramos que o 'centro' não tem território, tal como o capital, se bem que na actualidade seremos capazes de identificar «reminiscências» desta localização territorial do centro, mais a norte do que a sul (Emmerij, 1993). O informacionalismo não será enquadrável por uma análise da 'esquerda' (?). Uma análise com o paradigma (neo) conservador (escola anglo-saxónica, divergente da escola francesa) também será desadequada porque descuradora do papel estruturante das estruturas (da infra-estrutura material, segundo Marx), pelo menos nos moldes em que a

escola francesa o faz, centrando-se mais nos protagonismos individuais para explicar o crescimento económico e o desenvolvimento nacionais, sendo assim mais liberal a visão da realidade das nações.

Para além da esquerda e da direita deverá ser orientada a análise científica, adoptando uma postura cautelosa relativamente às habilidades e possibilidades efectivas de negociação e reivindicação de interesses do cidadão, como faz Giddens (Giddens, 1997), que deixa para a gestão estatal assuntos situados num plano supra interesses pessoalizados, como o ambiente. A reconfiguração da democracia tarda e tal como tarda um novo estado das regulações sociais (Fernandes, 2006). A confiança de Fukuyama (1996) continua por ora adiada no nosso país. O Estado demite-se de um conjunto de serviços sociais que caracterizaram o Estado- providência (fosse qual fosse a sua configuração nacional), ao mesmo tempo a realidade de um sector privado incapaz de produzir bens e serviços acessíveis à generalidade da população é incontornável. A realidade do emprego acrescenta temores relativamente ao futuro. A democracia continua por reconfigurar, até nas responsabilidades gestionárias (Sainsalieu, 1997) que a sociedade civil (não) reclama para si própria e na representatividade da esfera política cujas lacunas não se afiguram de molde a serem contornadas (Fernandes, 2006). Poderemos ter, contudo, uma certeza: a de que o desenvolvimento não é uma questão temporal, de acompanhamento de modelos impostos por lógicas alheias às realidades nacionais. O desenvolvimento é não uma questão de *tempo* mas de *tempos*. Diferentes. Vividos distintamente os diferentes *tempos* diferenciam os cidadãos. Há o tempo dos *fluxos* e os *outros* tempos. Vamos 'lá chegar', um dia, diríamos constatando o «atraso» português. Portugal não está a caminho para o desenvolvimento. Caracteriza-se por uma realidade multidimensional própria, construída segundo a segundo, estruturada por estruturas e recriada nas práticas assim estruturantes. Cada país percorre um caminho próprio e único (Emmerij, 1993). Na lógica dos fluxos, só seriam integradas na 'rede' populações e cidadãos formatados (parece que falamos de uma diskete!) para receber, processar e passar informação digital. Esta 'unicidade' nacional faz recair a nossa atenção nas estruturas estruturantes (instâncias de inculcação /estruturação de *habitus* que já referimos) de práticas e representações dos cidadão na procura de entender os 'nossos' licenciados em informática, formando uma imagem futura de impactos das políticas sociais apostantes na familiarização generalizada da população portuguesa com a informática.

Recorreríamos metodologicamente ao construcionismo de Bourdieu baseando-nos nos factos para construir teoria, mas o carácter único da realidade portuguesa poderá demandar caminhos metodológicos que dêem conta da nossa originalidade: a abdução. Factos revelam estruturas profundas que os explicam. Lévi-Strauss não reportou o carácter estruturante dos mesmos, factos que são práticas e representações. Fê-lo Bourdieu. Aliaríamos o construcionismo à observação «próxima» e contínua nos moldes que caracteriza a pesquisa qualitativa praticada pela antropologia. Ecletismo e ecumenismo metodológico com aportes positivos da reflexividade face à política social imposta, sem que o cidadão ao qual se dirige *image* sequer a possibilidade de a negociar ou configurar (o modo de sanar discontinuidades entre a acção programática e a realidade no terreno, assertivando estratégias de intervenção e seus destinatários). Este é o caminho para o desenvolvimento nacional, aparte posturas ideológicas imanentes de interesses de determinadas formações sociais e não de outras, bem como construindo teoricamente para além de propostas porventura descontextualizadas geográfica e temporalmente.

Diferentes grupos sociais constroem, vivenciam, fruem diferentes tempos, com conteúdos diferentes, com práticas e usos, por exemplo das NTIC's que não só são a evidência de construtos disposicionais diferentes como estruturam as práticas que lhe corresponderam segundo uma lógica de continuidade entre realidade objectiva e ideação harmonizadora do cosmos visionado. Cosmética é também esta ideação porque superadora das contradições encerradas pelo processo histórico do devir social. Se as práticas de cidadania e da sua afirmação não estão arreigadas nalguma população, não serão antigos usos para as novas tecnologias de que nos rodeamos o motor de práticas de democracia de acesso, porventura reformuladoras de lógicas de integração e de regulação geridas por interesses de 'agentes' envolvidos em estratégias de conservação da 'grelha' que opera simbolicamente nas leituras da realidade objectiva, ora impondo o 'melhor' produto ora impondo a 'melhor' gestão.

9. Da complexidade do real, da lógica dos fluxos e da reeducação para a cidadania

A multidimensionalidade aportadora de novas complexidades na «modernidade tardia» (Giddens, 1992), a actual modernidade iniciada com a aplicação de uma racionalismo científico elevador da condição humana porque conhecedor e providente/controlador do real e suas configurações futuras (permitindo melhor organização e

planeamento em contexto industrial e urbano) acarretou modificações na ‘grelha’ que mencionámos e em quem dita as violências simbólicas (Bourdieu, 1989), retirando à instituição escola a responsabilidade de privilegiar proximidades a algumas classes sociais (Bourdieu et al, 1967) renovando posicionamentos diferenciantes na estrutura social por operacionalização de currículos ocultos (Bernstein in Magalhães et al, 2002). A «nossa» escola já não é a escola de Bourdieu e Boudon (Lopes, 1997), os filtros são agora estruturados pelo consumo e por fruições imediatas diversas (possíveis ou imaginadas). Se bem que o ensino, concretamente o superior, denota ainda regularidades sociais nas presenças e nas posturas que remetem para origens de classe (Fernandes, 2001). O papel do Estado educador deve ser reponderado. Se a lógica imperadora é a dos fluxos (e pobres dos que se lhe manterem alheados) lembraríamos que nunca fomos domadores da mesma e esta sempre domou o país, remetido para a semi-periferia do sistema mundo (Murteira, 1983, 1988). Domá-la-emos agora? Provavelmente não, do mesmo modo que não domaremos o alheamento do mercado a desregulações e lógicas que não incluem a solidariedade e a redistribuição de riqueza. O ensino da informática e a familiarização da população com NTIC’s não nos colocará no «centro», induziríamos da nossa realidade estrutural e deduziríamos a partir de estudos que pretendem apropriar lógicas a nível planetário.

Virtualidades virtuosas podem estar encerradas na lógica dos fluxos, como por exemplo as que resultaram de um fortalecimento das conexões entre formações sociais resultantes do fenómeno associativo nas formas que pode revestir. Os fluxos poderão permitir uma sociedade civil fortalecida na defesa dos seus interesses, funcionando em rede com o uso da *net*, servindo interesses que se agregam para falar mais alto, mais forte e com mais convicção. A sociedade em rede em Portugal baseia-se nas interligações multiformes que por cá se verificam e futuramente se estruturarão (Cardoso et al, 2005), deslocaríamos assim a sociedade em rede em Portugal para constructo em termos de objecto teórico que pondere cada vez mais o funcionamento em rede que inclua e re-institua o terceiro sector, empregador quando outros não o são, alicerçando uma economia social nossa (que talvez nos sirva mais do que uma economia com opções aferidas pelas respostas à demanda do mercado internacional em termos de qualidade, exequível, mas que pode dar continuidade à lógica de salários esmagados (Santos, 1998) que tem caracterizado o nosso crescimento económico. Poderemos aliar a lógica dos fluxos e as novas possibilidades

comunicacionais no reforço das construções reticulares que integram todas as componentes das solidariedades sociais tradicionais, introduzindo a formação para a cidadania (da responsabilidade mor do Estado mas protagonizável por formações e estruturas dele distintas, podendo e devendo ser, contudo, colaborantes) no sentido de criar a sociedade das associações (Puig, 1994) com uma componente de produção e prestação de serviços a executar por formações cooperativas.

A ‘rede’ **deve** substituir contactos pessoalizados entre poder local ou central e demais poderes difusos (individuais ou em formas colectivas, como as associações) geridos numa lógica de subsidio-dependência, isoladora porque reportada a interesses pessoais ou de bairro, mitigando uma visão de ‘conjunto’ por parte da sociedade civil.

Referências

Beck, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott (2000), *Modernização Reflexiva*, Oeiras, Celta Editora.

Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction, Critique Sociale du Jugement*, Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (1997), *Razões Práticas, Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta (original de 1994, Paris, Seuil).

Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

Bourdieu, Pierre (1987), *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, editora Perspectiva.

Bourdieu, Pierre ; Passeron, Jean Claude (1964), *Les Heritiers : les Etudiants et la Culture*, Paris, Minuit.

Bourdieu, Pierre (2001), As Estruturas Sociais da Economia, Lisboa Piaget (versão original de 2000, intitulada "Les Structures Sociales de l'Economie", Paris, Seuil).

Cardoso, Gustavo (2005), *Democracia Digital: Efeitos e Eleitores na Era da Informação*. Oeiras, Celta Editora.

Cardoso, Gustavo; Costa, António F. da; Conceição, Cristina P.; Gomes, Maria do Carmo (2005), *A Sociedade em Rede em Portugal*, Porto, Campo das Letras.

Capucha, Luís "Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário", in Debates, Presidência da República (1998), Pobreza e Exclusão: Horizontes de Intervenção. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*, Oeiras, Celta Editora, Tese de Doutoramento.

Castells, Manuel (2005 b), *O Poder da Identidade*, Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, Manuel (2005 c), *O Fim do Milénio*, Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. III, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Clavel, Gilbert (2004), *A Sociedade da Exclusão: Compreende – la Para Dela Sair*, Coleção Educação e Trabalho Social, Vol. IV, Porto, Porto Editora.

Costa, A.F., Machado, F.L. (1998) "Processos de uma modernidade inacabada" Viegas, J. M., Costa. A. F., Portugal, que modernidade?, Oeiras: Celta Editora.

Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro*. Oeiras, Celta.

Debates, Presidência da República (1998), Pobreza e Exclusão: Horizontes de Intervenção. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Emmerij, Louis (1993). *Norte – Sul: A granada descavilhada; o porquê da ameaça do subdesenvolvimento ao ocidente*. Venda Nova: Bertrand Editora.

Fernandes, António Teixeira (1991), "Formas e Mecanismos de Exclusão Social", *Sociologia*, I, pp. 9 – 66.

Fernandes, António Teixeira (1992), "Poder Local e Democracia", *Sociologia*, II, pp. 29 – 60.

Fernandes, António Teixeira (1993), "Poder Autárquico e Poderes Difusos", *Sociologia*, III, pp. 7 – 34.

Fernandes, António Teixeira (1995), "Etnicização e Racização no Processo de Exclusão Social", *Sociologia*, I, vol. VI, pp. 7 – 67.

Fernandes, António Teixeira (1999), "Sistema Político e Comunicação Social", *Sociologia*, I, vol. XIX, pp. 7 – 26.

Fernandes, António Teixeira (2000a), "Desigualdades e Representações Sociais", *Sociologia*, I, Vol. X, pp. 203 – 214..

Fernandes, António Teixeira (2000 b), "O Estado e a Construção da Cidadania em Sociedades de Exclusão", em José Manuel Viegas e Eduardo Costa Dias, *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta, pp. 161 – 185.

Fernandes, António Teixeira (2002), "Níveis de Confiança e Sociedades de Risco", *Sociologia*, I, Vol. XII, pp. 185– 202.

Fernandes, António Teixeira (2006), *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.

Fernandes, António Teixeira - org. (2001), *Estudantes do Ensino Superior no Porto. Representações e Práticas Culturais*. Porto, Edições Afrontamento.

Fernandes, Teresa (2000) – "As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social", Actas do IV Congresso Português de Sociologia. Edição CDROM e em Internet <http://www.aps.pt/ivcong-actas/Acta033.PDF>.

Fukuyama, Francis (2006), *A Construção de Estados, Governação e Ordem Mundial no Século XXI*. Lisboa, Gradiva.

Fukuyama, Francis (1996), *Confiança. Valores Sociais & Criação de Prosperidade*, Lisboa, Gradiva.

Giddens, Anthony (2004), *Sociologia*, 4ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Giddens, Anthony (1999), *Para Uma Terceira Via*, Lisboa, Editorial Presença.

Giddens, Anthony (1992), *As consequências da Modernidade*. Oeiras, Celta.

Giddens, Anthony (1997), *Para além da Esquerda e da Direita*, Oeiras, Celta.

Goffman, Erwing (1968), *Asiles, Etudes Sur la Condition Sociale des Malades Mentaux*, Paris, Minuit (Tradução do título original *Asylums*)

Goffman, Erwing (1982) *Estigma, Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 4ª Edição.

Goffman, Erwing (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. Lisboa, Relógio d'Água.

LÉVI-STRAUSS, C. (1962). *La pensée sauvage*. Paris: Plon.

Puig, Toni,(1994), *La ciudad de las. asociaciones*. Editor:, Madrid: Popular.

Quivy, Raymond; Campegnoudt, (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Santos, Boaventura de Sousa (1998), *O Estado e Sociedade em Portugal, 1974 – 1988*, Porto, Edições Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1991), *Um Discurso Sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento.

Silva, Ester Gomes da (2004), “Mudança estrutural e crescimento económico. Uma questão esquecida”, *Sociologia*, XIV, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp 123-140.

Sainsalieu, Renaud (1997) – *Sociologia das empresas*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget,

Santos, José Duarte (2006), *CRM, offline e online*, Instituto Superior Politécnico Gaya.

Sherry Turkle, (1997) *A vida no ecrã - a identidade na era da internet*, Lisboa, Relógio D'Água.

Wallerstein, Immanuel (2005), *Análisis de Sistemas-mundo: uma Introduccion*, México, Siglo Veintiuno Editores.

As Organizações Sem Fins Lucrativos representam a grande fatia de estruturas que prosseguem uma missão de apoio e intervenção social. A especificidade da sua missão, o enquadramento em relação à tutela, a escassez de recursos e os Corpos Sociais condicionam a forma de gestão destas organizações.

Abordar a realidade existente, as relações que se estabelecem entre os diversos organismos do sector social, o papel dos dirigentes e técnicos sociais bem como a consciência sobre a gestão social no Terceiro Sector, as lacunas existentes e o papel da formação são aspectos evidenciados.



Preciosa Patacho*

preciosa.patacho@clix.pt



Patrícia Silva**

patricia.silva@ispgaya.pt
Instituto Superior Politécnico Gaya
Av. dos Descobrimentos, 333
4400-103 V. N. de Gaia
www.ispgaya.pt

Introdução

O facto de existir experiência de gestão de organizações sem fins lucrativos constituiu um mote para que se procurasse conhecer melhor e aprofundar conhecimentos sobre a realidade do Terceiro Sector e sobre a Gestão Social voltada para as Organizações Sem Fins Lucrativos.

Mais do que basear a abordagem às lacunas existentes relativamente à Gestão Social apenas junto das Organizações Sem Fins Lucrativos, como já algumas vezes se tem feito, considerou-se essencial conhecer a realidade e as opiniões das entidades de Tutela, neste caso através dos Centros Distritais de Segurança Social e de entidades associativas como as Uniãos Distritais de Instituições (UDIPSS's) ou de organizações que prestam apoio à Gestão Social (REAPN, SOCIALGEST).

Em relação às instituições procuraram-se exemplos tanto daquelas que continuam a ser centralmente geridas por uma Direcção, sem uma delegação efectiva de funções de gestão, a que se entendeu designar por Instituições de Gestão Tradicional, como das denominadas Instituições com Gestor que assumiram desde o início, ou durante o seu percurso que eram necessárias pessoas com competências para assumir as funções de Gestão.

Além disso, e porque parece pertinente, face ao crescente número de Técnicos de Serviço Social que assumem novas competências no apoio à gestão de organizações sociais, optou-se por analisar comparativamente quatro Licenciaturas de Serviço Social (Modelo Bolonha). Optou-se ainda por pesquisar e dar a conhecer as formações de nível superior e outras existentes relativas à Gestão de Organizações Sociais.

Fez-se igualmente uma análise às Páginas de Internet de organismos da área social que fornecem apoio às organizações sem fins lucrativos.

1- As Organizações Sem Fins Lucrativos

É no âmbito da Economia Social e do Terceiro Sector, conceitos estes que muitas vezes se confundem e que alguns autores consideram abrangentes, que encontramos

as chamadas organizações sem fins lucrativos.

Tomando por referência a tese de Henrique Joaquim veja-se que se torna "(...) *difícil encontrar uma definição clara de Terceiro Sector, na medida em que esta designação é utilizada num sentido amplo, para fazer referência a conceitos como "Economia Social" ou "Mercado Social de Trabalho", ou, ainda, para definir e/ou enquadrar conceitos como "Organizações Sem Fins Lucrativos" ou "Organizações Não Lucrativas", "Instituições Particulares de Solidariedade Social", "Organizações da Sociedade Civil" ou "Sector Voluntário"*". (Joaquim 2007: 28, cit. Barros e Santos, 1997).

As organizações sem fins lucrativos, vulgarmente mais reconhecidas em Portugal por Instituições Particulares de Solidariedade Social têm normalmente por objectivos principais a intervenção e capacidade de mudanças na sociedade, indivíduos, grupos e, eventualmente outras organizações.

Da história destes organismos, a nível nacional, consegue-se perceber que são formadas pelas chamadas pessoas de boa vontade, com ideias e com vontade de realizar acções que satisfaçam as necessidades das comunidades, que potenciem a capacidade de mudança e de melhoria do bem-estar individual e grupal.

Aqui reside, no fundo, a missão destas organizações que deverá estar dentro das capacidades da organização e de quem a dirige.

Há quinze anos atrás, numa obra que ainda hoje é referência obrigatória – "A Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos", Peter Drucker deixava a ideia de que é necessária a existência de profissionais especializados com habilidades/*skills* de gestão, que adoptem modelos de gestão mais adequados à concretização dos objectivos e da missão institucional.

Lá porque as identificamos como Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) não devemos esquecer que estas têm como finalidade a sustentabilidade da organização e o

* Técnica de Serviço Social e Directora de Serviços de IPSS

** Professora Assistente do ISPGaya e Coordenadora da Licenciatura em Administração Pública

desenvolvimento das políticas e projectos sociais. Aliás, aquilo que no fundo distingue organizações lucrativas das sem fins lucrativos, é o facto de estas últimas não redistribuírem lucros pelos “gestores / administradores” mas investirem em novos projectos.

Na administração dos recursos, normalmente escassos – ideia que vamos buscar ao conceito base da Economia - a gestão serve como ferramenta fundamental para se obter maior eficácia e eficiência em todas as actividades desempenhadas pelos profissionais na organização. Assim, Drucker (1994: 45) considera que *“A organização é uma ferramenta e, como tal, quanto mais especializada for sua tarefa, maior será sua capacidade de desempenho”*.

Nos dias de hoje já não é possível ficar só pela boa vontade dos fundadores e dirigentes. É importante que conheçam com alguma profundidade ou que captem para as suas organizações pessoas/técnicos que conheçam o papel das instituições sem fins lucrativos, os modelos de gestão adequados a essas instituições, formas inovadoras de captação de fundos, o marketing voltado para as causas sociais, a ética e deontologia em instituições sem fins lucrativos, entre outros.

Quem gere instituições sem fins lucrativos e outras está cada vez mais confrontado com a necessidade de saber conceber projectos, elaborar candidaturas, fazer projecções e de posteriormente proceder à avaliação do impacto e dos resultados dos projectos, planejar a aplicação dos recursos, ter ou dispor de tempo, conhecimentos e competências técnicas, administrativas e operacionais.

Em Portugal, a maioria das Instituições Particulares de Solidariedade Social também referenciadas como Organizações Sem Fins Lucrativos têm os seus órgãos sociais compostos por dirigentes voluntários, muitos deles sem preparação técnica. Essa realidade e as crescentes exigências colocadas ao sector social foram fazendo com que as instituições gradualmente se munissem de técnicos com formação académica e profissional mais condizente com o exercício de funções na área social.

Em Dezembro de 2005, era publicado na Escócia um estudo acerca do papel do Trabalhador Social no século XXI onde se pode ler e depreender que o Trabalho Social está todo ele sujeito a uma necessidade de constante adequação a novas realidades e influências:

“Social work has clearly been greatly influenced by the organisational changes of the last four decades including the move to smaller departments, the growth of a mixed economy of welfare provision. And increased collaboration and joint working. (...) social work has continually had to change and adapt to new working conditions and

arrangements.”. (www.scotland.gov.uk/socialresearch).

Ainda que numa realidade se calhar pouco (re)conhecida, sobretudo, em Portugal, a verdade é que no dia – a – dia, os Técnicos de Serviço Social acabam por desempenhar muitas funções que não sendo originariamente previstas acabam por se impor por força das mudanças e das dinâmicas das próprias organizações onde trabalham.

A autora Patrícia da Cunha Tavares, no seu artigo “O Papel das Universidades no Desenvolvimento do Terceiro Sector”, afirma que *“não se pode dizer que as organizações sem fins lucrativos realizam o seu trabalho da melhor forma possível, uma vez que lhes falta uma gerência profissional que possibilitaria sua transformação em uma empresa social, visando a sua auto-sustentação e aplicação eficiente dos recursos disponíveis.”*. (Tavares, 1996: 12-14).

Ora uma gestão mais profissional ou uma melhor formação dos Técnicos/Trabalhadores Sociais poderia passar um maior envolvimento das mais diversas vertentes de formação mas, sobretudo de uma maior e melhor adequação à realidade e à prática dos programas curriculares dos diversos cursos. Esta ideia não é, contudo consensual pois, há autores como o sociólogo Caria (2001:6) que consideram que *“a contribuição directa da Universidade para os processos de recontextualização profissional do conhecimento abstracto poderá ser muito mais relevante ao nível das pós-graduações quando os profissionais já têm a experiência profissional que lhes permite questionar o conhecimento científico à luz dos contextos prático-institucionais da profissão”*.

2 - A Problemática e as Metodologias

Após uma pesquisa profunda a nível de literatura e de algumas conversas exploratórias com responsáveis da Segurança Social e da União Distrital das IPSS's Porto, sobre o Terceiro Sector em Portugal, em países europeus e ainda no Brasil, pareceu notória a diferença de tratamento desta matéria entre o nosso país e os restantes analisados.

Com uma emergência mais tardia do Terceiro Sector em Portugal do que a verificada em outros países percebe-se ainda a diferença na forma de encarar a Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos e que os apoios existentes para estes organismos e seus responsáveis são escassos relativamente a outras realidades.

À importância que as Organizações Sem Fins Lucrativos foram adquirindo nas últimas décadas, substituindo muitas vezes o Estado, segue-se cada vez mais nos nossos dias um enfoque nas questões que se prendem com a especificidade da gestão deste sector voltado essencialmente para a Solidariedade Social.

Face às exigências cada vez maiores colocadas a estas instituições e dirigentes, como é o caso da sua sustentabilidade, de novos desafios e respostas sociais atípicas que os contextos sociais exigem, que implicam competências específicas, pretendeu-se saber que noções tinham sobre a gestão de organizações sociais e qual o papel que o técnico de serviço social pode desempenhar neste contexto. As questões foram colocadas, não só aos responsáveis institucionais, mas também, em pé de igualdade, aos responsáveis de Organismos Tutelares (Segurança Social) e Associativos (União Distrital de IPSS's – UDIPSS's) que se relacionam com as Organizações sem Fins Lucrativos.

No seguimento desta perspectiva trabalha-se ainda, através da análise de conteúdo, Licenciaturas de Serviço Social (Modelo Bolonha), Pós-Graduações e Mestrados em Gestão de Organizações Sem Fins Lucrativos no sentido de perceber a importância dada às vertentes de Economia e Gestão Social na formação de técnicos superiores de serviço social. Perante a temática e as variáveis de investigação foi considerado que seria mais adequada uma investigação de carácter qualitativo pois, o que se pretendia era compreender a realidade existente. Assim, porque a investigação de carácter qualitativo assume também uma maior flexibilidade face a eventuais alterações nas condicionantes do estudo considerou-se que esta seria a melhor estratégia e abordagem para a colheita de dados. Procurou-se essencialmente através dos métodos de entrevista e de análise de conteúdo identificar, descrever e obter explicações/justificações para as hipóteses inicialmente delineadas.

Tendo em conta a intenção de dar a conhecer aspectos mais abrangentes da realidade social no que respeita à Gestão do Terceiro Sector, a opção pela pesquisa qualitativa, teve ainda por base a possibilidade de se recorrer a descrições narrativas e a comparações para compreender as situações estudadas.

Sendo a realidade relativa à Gestão das Organizações Sem Fins Lucrativos muito vasta quer ao nível geográfico, quer mesmo relativamente ao tempo que exigiria para uma análise global, entendeu-se que o estudo teria viabilidade de realização com a selecção do Eixo Porto/Aveiro para administração de entrevistas a informadores privilegiados e tendo por base a amostra representativa e intencional. Já no que diz respeito à análise de conteúdos ela centrou-se no caso das Licenciaturas de Serviço Social – Modelo Bolonha no Distrito do Porto, mais precisamente nas ministradas nos territórios de Vila Nova de Gaia e Porto. No caso das pesquisas realizadas via Internet para Páginas

de Apoio à Gestão Social ou para Pós-Graduações, Mestrados e Acções de Formação alargou-se a todo o território nacional tendo como filtro as várias dimensões enunciadas em Critérios de Análise.

3 - Aspectos em Evidencia

Solicitada, aos entrevistados, uma definição de Gestão Social notou-se a dificuldade da resposta, a exigir mais tempo para pensar, e a revelar que, afinal, é capaz de não haver muita reflexão sobre este conceito.

Embora as respostas dadas se foquem nas vertentes sociais da gestão, a referência a recursos e a dificuldades também é significativa: *“A gestão de recursos escassos para fins sociais por parte de uma entidade que tem de se articular com a sociedade civil e que deve ter sensibilidade para as problemáticas que a rodeiam.”*

Relativamente às Instituições de Gestão Tradicional percebemos que a tónica das respostas se coloca na questão da gestão de recursos escassos e orientados para as problemáticas sociais mas, já se vislumbram entendimentos mais vastos com a referência à noção de planeamento estratégico. Aliás, foi até possível verificar que tendo em conta a variável inicialmente colocada sobre o equilíbrio entre o papel social e a gestão da instituição que há um entendimento consciente sobre este ponto: *“Uma gestão como a de outra área qualquer, alicerçada em critérios de eficácia e eficiência e assente em planos estratégicos.”*. No caso dos dirigentes de Instituições com Gestor há uma referência muito acentuada em relação ao equilíbrio entre a vertente de gestão técnica e a parte social.

E porque as dificuldades são, por norma uma palavra que anda associada à área social quisemos saber, quais são as mais notórias na relação que os organismos estabelecem com as OSFL.

Da parte da Segurança Social falou-se essencialmente de:

- falta de verbas;
- falta de pessoal técnico;
- falta de sensibilidade e conhecimentos dos dirigentes;
- desadequação das instalações das OSFL (Organizações Sem Fins Lucrativos).

No caso das UDIPSS's as referências vão para a falta de conhecimentos e de formação dos dirigentes de muitas instituições e dos seus técnicos de apoio, bem como falhas ao nível da gestão de pessoal, gestão de verbas, entre outras.

Face às dificuldades e necessidades apontadas procuramos saber de que forma os serviços actuavam e apoiavam as instituições.

Os Centros Distritais de Segurança Social destacaram o

apoio técnico e financeiro proporcionado pelos serviços, nomeadamente através do Núcleo de Respostas Sociais ou mesmo dos Serviços de Fiscalização. Assinalaram ainda a escassez de recursos técnicos e financeiros para actuarem de forma mais abrangente.

Numa fase de descortinar quais são as perspectivas de solução propostas pelos diversos agentes envolvidos destacam-se as apontadas pelos Centros Distritais de Segurança Social que apontam para a:

- capacitação das Direcções ao nível de conhecimentos de gestão;
- necessidade de melhores diagnósticos e avaliação de necessidades;
- constituição de parcerias sólidas;
- aposta na formação sob a responsabilidade das UDIPSS's;
- integração num sistema de Gestão da Qualidade.

Por parte das UDIPSS's há também referência às necessidades de formação que consideram deverem ser partilhadas pela Segurança Social mas em relação às quais também assumem que era preciso apostas mais precisas e mais dirigidas: *“era importante que a Segurança Social através dos seus Serviços prestasse mais apoio técnico e mais formação. Por parte das instituições e dirigentes seria preciso consciencializar as apostas na sustentabilidade financeira com gestão rigorosa e tentando encontrar outras formas de financiamento. Era importante a aposta na formação de dirigentes (alguns não conhecem a legislação nem sabem as suas responsabilidades criminais...) e técnicos(...).”*

Realçam ainda a ideia de consciencialização que é necessária, sobretudo, em áreas de sustentabilidade financeira e de responsabilidades civis e criminais dos próprios dirigentes.

Tendo sido reconhecido, quer pelos Centros Distritais, quer pelas UDIPSS'S que os Técnicos de Serviço Social são os que mais próximos estão, normalmente das Direcções e que assumem em cerca de 80% a Direcção Técnica, prestando apoio à gestão das suas organizações, foi interessante verificar que, muita responsabilidade e esperança parece estar depositada nestes trabalhadores sociais: *“Os Técnicos Superiores de Serviço Social, com a sua formação multifacetada nas diversas Ciências Sociais são uma peça fundamental na gestão social (...).”*

No que se refere às declarações emitidas sobre a formação de base e contínua dos Técnicos de Serviço Social todas as entidades são unânimes em considerar que as competências trazidas da vertente académica inicial, ou fornecida em outros níveis posteriores de ensino superior e de formação em geral, serão úteis e constituirão uma mais valia para o

caminho de qualidade que se pretende imprimir nas Organizações Sociais: *“A formação base que têm tido parece-me adequada mas poderia ser melhor trabalhada em questões que se voltam mais para a gestão. Era importante que academicamente se desse mais importância a isso e ao apoio que as Novas Tecnologias podem significar.”.*

Especificamente para as Organizações Sem Fins Lucrativos, com ou sem gestor, a formação base e a contínua são consideradas essenciais e adequadas, na generalidade, embora se volte a acentuar o factor experiência para a área de gestão, ou mesmo algumas ferramentas que deveriam ser melhor trabalhadas para uma melhor prestação dos técnicos na sua actuação.

4 - Análise Comparativa de Licenciaturas de Serviço Social

“(...) achamos importante a formação superior mais direccionada para aspectos de gestão uma vez que os Técnicos são confrontados com a necessidade de competências nessa área.”, disseram muitos dos envolvidos no estudo, pelo que se entendeu essencial efectuar uma análise comparativa entre a Licenciatura de Serviço Social do Instituto Superior Politécnico Gaya, remodelada segundo o Modelo de Bolonha, desde o ano Lectivo de 2006/2007 e três outros cursos com a mesma denominação de Estabelecimentos de Ensino Superior da região do Porto. Assim, a escolha recaiu sobre o Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP), o Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo (ISCET) e ainda a Universidade Fernando Pessoa.

A análise comparativa foi desenvolvida sob a linha mestra dos seguintes critérios:

- Unidades curriculares das áreas de Gestão e Economia;
- Peso dos ECTS daquelas unidades curriculares;
- Perfil, competências e características da função;
- Inclusão da vertente de Gestão/Gestor nas saídas profissionais.

Confrontando os dados relativos às quatro Licenciaturas analisadas podemos concluir que:

- As licenciaturas do ISPGaya e do ISSSP são aquelas que incluem mais unidades curriculares específicas das áreas de Gestão e Economia no plano curricular geral face a outras estruturas de plano adoptadas por estabelecimentos congéneres, pois embora possam até incluir mais unidades, estas são uma opção, ou são remetidas para outras áreas científicas como é o caso do Trabalho Social;
- O peso dos ECTS das áreas de Economia e Gestão representando 12,7 % no caso do ISPGaya assume-se igualmente como o valor mais significativo face aos 10,8% do ISSSP.

- É contudo fácil de perceber que as vertentes de Gestão e Economia nas Licenciaturas de Serviço Social têm um peso pouco destacado já que existem mesmo aquelas, como é o caso do ISCET ou da Universidade Fernando Pessoa que nem consideram a inclusão de unidades dessa índole no plano curricular normal, sendo remetidas na Universidade Fernando Pessoa para unidades opcionais.

Face ao que já foi atrás referenciado pode-se concluir que há instituições de ensino que optam, como é o caso do ISPGaya e do ISSSP por tentar adequar os seus currículos às necessidades que vão emergindo no Terceiro Sector ou aquelas que seguindo aquilo que defende Telmo Caria remetem para ciclos posteriores e outros níveis de graduação a abordagem específica, neste caso, da Gestão de Organizações Sociais.

5 - Formação e Apoio para a Gestão Social

Efectuada uma análise sobre a oferta relativa a Pós-Graduações e Mestrados pôde-se concluir que no primeiro caso ela é bem mais vasta e diversificada tendo por base as diversas vertentes existentes.

Do ponto de vista geográfico existe oferta relativamente bem distribuída entre o Norte e Sul do país.

No caso dos Mestrados eles estão concentrados na vertente Economia Social e geograficamente há mais oferta a Norte do que no Sul do país.

Fazendo uma análise geral à área das formações de carácter profissional encontramos, na realidade, muitas referências e muito diversificadas. Contudo, não se pode ficar alheio a alguns aspectos que podem inquirir esta oferta.

Nomeadamente, o facto de muitas das formações se realizarem em horários laborais, durante vários dias ou pela vertente financeira já que uma boa parte das que são oferecidas pelas entidades privadas, por exemplo, têm custos elevados associados.

Nesse sentido, e não incluindo aqui a maioria das que são promovidas por entidades como a UDIPSS ou a REAPN e nalguns casos pela SOCIALGEST que têm custos aceitáveis e comportáveis face ao binómio interesse/qualidade da formação, as das entidades privadas não serão, nos tempos que correm, acessíveis a muitas pessoas.

Uma última análise a ser referenciada é a que diz respeito às Páginas de Apoio à Gestão Social. Destacam-se neste capítulo, a CNIS, as Uniões Distritais de Instituições e a SOCIALGEST já que são os organismos que dispõem de páginas recheadas de informação bastante diversificada e que proporcionam em muitos casos, via telefone ou e-mail esclarecimentos e apoios mais pormenorizados.

Conclusões

Com consciência das dificuldades que poderiam existir na abordagem de uma temática que ainda urge trabalhar, e muito, no seio da organização social geral do nosso país, reconhece-se que as entidades tutelares e associativas foram das mais disponíveis e colaboradoras face à dura tarefa que foi obter por parte de instituições disponibilidade para participação nesta investigação.

O tema da Gestão das Organizações Sem Fins Lucrativos e tudo o que nele se insere ainda encontra pouca sensibilidade por parte de muitas instituições.

E mesmo no caso das entidades tutelares e associativas, quando falaram, fizeram-se recomendações para que não se ferissem susceptibilidades.

Claro que o objectivo do estudo não era o da “confrontação” de opiniões ou de razões mas apenas, e tão só, o cruzamento de informações que pudessem ajudar a desenhar as respostas às perguntas e hipóteses que se nos colocaram como pertinentes para este estudo.

Foi possível nas diversas análises efectuadas encontrar dados válidos e reveladores de aspectos comuns quer, no caso das Entidades Tutelares e Associativas, quer no caso das Instituições.

Concluiu-se que há lacunas ao nível de conhecimentos de gestão, que há escassez de recursos financeiros e humanos, especialmente os mais qualificados, bem como a necessidade de que dirigentes e técnicos possuam mais formação e mais competências para melhor gerirem as Organizações Sem Fins Lucrativos.

O trabalho que há a fazer é global, ou seja, há responsabilidades e acções a desenvolver por parte de todos os envolvidos:

- O Estado e a Segurança Social através do reajuste de algumas políticas sociais e do reforço de meios das suas estruturas com aposta em formação e equivalente exigência de cumprimento de critérios;
- As Uniões Distritais de Instituições através do alargamento, por exemplo, das vertentes de formação-acção nas instituições;
- As Instituições por meio dos seus dirigentes e técnicos que deverão estar mais abertos a acções de formação e à aquisição de novas competências na vertente de gestão institucional;
- As Universidades e entidades de formação procurando adequar os seus currículos e as acções formativas a necessidades reais de dirigentes e técnicos ao nível de aspectos específicos da gestão de organizações sociais;
- Os actuais e futuros técnicos de serviço social no sentido em que, os estudos ou sugestões que efectuem possam

ser um alerta e a base de uma perspectiva mais aberta, mais fundamentada e competente na sua actuação perante as novas e crescentes funções que são exigidas aos trabalhadores sociais no seio das organizações sociais.

Referências

Caria, T. (2001). A Universidade e a recontextualização profissional do conhecimento abstracto – hipóteses de investigação e acção política. Disponível em www.home.utad.pt/rdes/acervodes/200/cartelhunirec21.doc (consultado em Setembro de 2007)

Drucker, P. F. (1993). *As Organizações Sem Fins Lucrativos*. Lisboa: Difusão Cultural.

Joaquim, H. (2007). *O Serviço Social nos Centros Sociais e Paroquiais. Investigação-Teses*. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Tavares, P. C (1996). O papel das universidades no desenvolvimento do terceiro setor. *3º Setor: grandes empresas investindo no desenvolvimento social*. São Paulo: AIESEC.

The Role of the Social Worker in the 21 st Century Century – A Literature Review – University of Edimburg disponível em www.scotland.gov.uk/social_research - (consultado em Novembro de 2007).

No artigo sobre grafos desenvolvido na Politécnica nº11, considerou-se o famoso problema de Euler. Esse problema pretende determinar um percurso que passe por cada uma das pontes uma e uma só vez., o que em termos de grafos significa passar uma e uma só vez por cada aresta. Neste artigo iremos ver a estrita relação entre as leis de Kirchhoff e a teoria dos grafos



Maria Rosário Moreira

Quando um grafo não tem circuitos dizemos acíclicos. Se esse grafo é conexo dizemos que é uma **árvore**. Quando essa árvore contém todos os vértices do grafo designamos por **árvore de ligação**. Cayley ao estudar os grafos recorreu às noções da Botânica e designou por nodos os vértices e por ramos as arestas de um grafo.

Se o conjunto, V , dos vértices de um grafo G for tal que $V = V_1 \cup V_2$ Chama-se corte de um grafo Ao conjunto de todas as arestas que têm um vértice terminal em V_1 e outro em V_2

Kirchoff desenvolveu a teoria das árvores quando estudou as equações que derivam das leis da corrente e da tensão. Ele conseguiu abstrair das redes e das suas componentes (resistências, condensadores, etc.) substituindo-as por vértices e arestas sem qualquer indicação do tipo de componente física existente em cada aresta. Através desta abstracção matemática, ele conseguiu demonstrar que não é necessário considerar separadamente todos os circuitos de um grafo de uma rede eléctrica com vista a resolver o sistema de equações que permite obter soluções para a rede Para isso, Kirchoff seguiu um procedimento padrão em que os circuitos dependentes de um grafo determinados pelas árvores de ligação são suficientes.

De facto, em 1845, este físico formulou as leis que regulam o fluxo da electricidade numa rede .Do ponto de vista que nos interessa essa rede pode ser considerada um grafo.

Num grafo conexo um conjunto de corte é um conjunto minimal de arestas cuja remoção desconecta o grafo em dois subgrafos mas de tal forma que qualquer subconjunto próprio do conjunto de corte não desconecta o grafo.

Kirchoff ao estabelecer as equações que regiam as suas leis verificou que estas eram linearmente dependentes. Assim ele pretendeu determinar quantas equações seriam necessárias sem a existência de qualquer redundância.

Para estabelecermos o método utilizado vejamos o seguinte circuito C (Fig.1) com duas fontes de tensão V_1 e V_{10} :

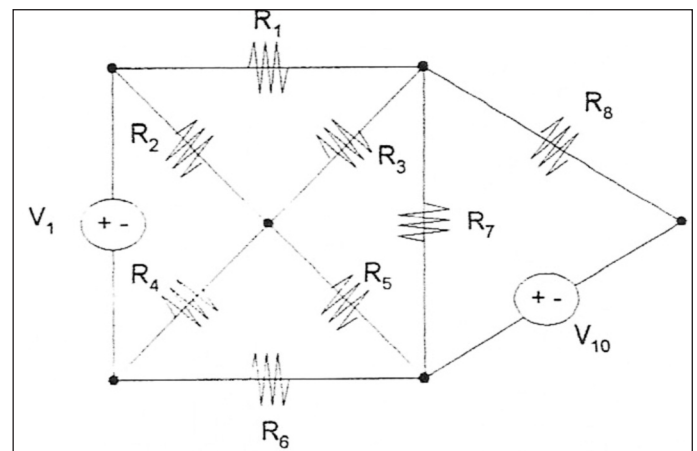


Figura 1 – As restantes diferenças de tensão ao longo das arestas do circuito são (Fig.2)

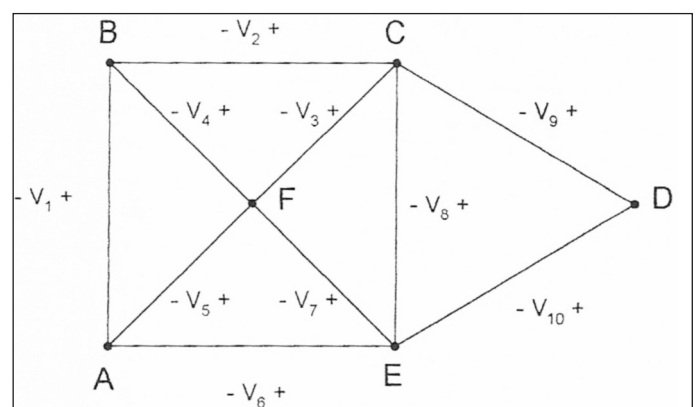


Figura 2

Designemos por:

$$V_1 = V_B - V_A, V_2 = V_C - V_B, V_3 = V_F - V_C, V_4 = V_B - V_F, V_5 = V_A - V_F$$

$$V_6 = V_E - V_A, V_7 = V_F - V_E, V_8 = V_E - V_C, V_9 = V_D - V_C, V_{10} = V_E - V_D$$

Então, a Primeira Lei de Kirchhoff : “a soma algébrica das tensões num circuito é nula”, aplicada ao circuito ABFEA implica que:

$$V_1 - V_4 - V_7 - V_6 = 0$$

As correntes em cada aresta estão definidas na figura seguinte:

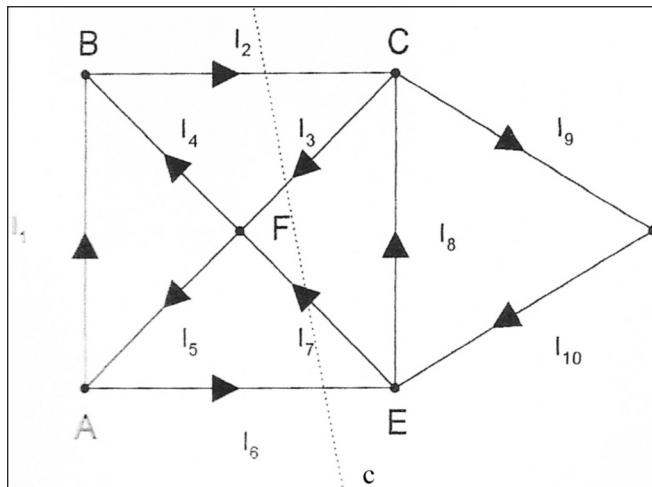


Figura 3

A segunda lei de Kirchhoff: "A soma algébrica das intensidades de corrente incidentes num vértice é zero."

Aplicada, por exemplo, ao vértice F, implica:

$$I_4 - I_3 - I_5 = 0$$

Se considerarmos o conjunto de corte traçado na figura anterior e o designarmos por c , a equação do conjunto de corte que estabelece que a soma algébrica das correntes que passam por c é zero, pode ser obtida usando a Segunda Lei de Kirchhoff

$$I_6 - I_7 - I_3 + I_2 = 0$$

Considerando 5 conjunto de corte, C_1, C_2, C_3, C_4, C_5 (fig. 4)

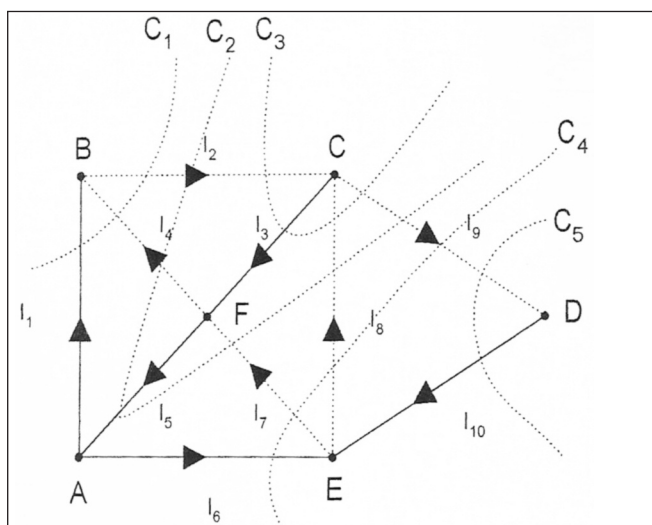


Figura 4

Tem-se:

$$\begin{aligned} I_1 &= I_2 - I_4 \\ I_2 &= I_4 + I_5 - I_7 + I_3 \\ I_3 &= I_2 + I_8 - I_9 \\ I_6 &= I_7 + I_8 - I_9 \\ I_{10} &= I_9 \end{aligned}$$

Estas equações são linearmente independentes e, além disso, qualquer equação correspondente a um conjunto de corte não fundamental terá de ser uma combinação linear destas cinco equações.

Ora são necessárias dez equações para ser possível determinar as correntes em todas as arestas. Com esse fim usa-se a Primeira Lei de Kirchhoff aplicada ao circuito ABFA e obtém-se:

$$\begin{aligned} V_2 &= V_1 - V_3 - V_5 \\ V_4 &= V_1 + V_5 \\ V_7 &= V_5 - V_6 \\ V_8 &= V_7 - V_5 - V_6 \\ V_9 &= V_3 + V_5 + V_6 - V_{10} \end{aligned}$$

Para obter as dez correntes e as oito tensões em função das tensões dadas V Para obter as dez correntes e as oito tensões em função das tensões dadas V_1 e V_{10} falta usar a lei de Ohm: $V_n = r_n I_n$, $n=2, \dots, 9$. e V_{10} falta usar a lei de Ohm: $V_n = r_n I_n$, $n=2, \dots, 9$.

Chama-se anel soma de dois grafos G_1 e G_2 , e designa-se por $G_1 \oplus G_2$ a um grafo constituído por um conjunto de arestas $E_1 \oplus E_2$ de tal forma que não possui vértices isolados e as suas arestas ou pertencem a G_1 ou a G_2 . De modo análogo à definição de vectores linearmente independentes, diz-se que dois ou mais circuitos são independentes se nenhum deles pode ser expresso como soma dos restantes.. O conjunto independente máximo diz-se conjunto fundamental.

Com base nestas noções Kirchhoff provou que num grafo conexo com n arestas e m vértices o conjunto fundamental contém $n-m+1$ circuitos. Estas ideias tiveram bastante aceitação no mundo da física (Biggs), Contudo as técnicas matemáticas que tiveram por base o método descrito pelo físico enquanto os matemáticos não começaram a empregar métodos algébricos nos estudos topológicos de redes.

Referências

- Biggs, N.L., Lloyd, E.K. Wilson, R.J. (1976).** *Graph Theory*-1735-1936. Press Oxford.
- Moreira, R. (2000).** Dos grafos aos Gridoides. Tese de Mestrado Universidade Portucalense

**Joaquim Albuquerque de Moura Relvas**

jmrr@ispgaya.pt
 Instituto Superior Politécnico Gaya
 Av. dos Descobrimentos, 333
 4400-103 V. N. de Gaia
 www.ispgaya.pt

1. Problemas de Lógica

No número anterior desta revista foi posto um problema cujo texto seguidamente se transcreve:

Menos de vinte macacos
 Em dois bandos se dividiam:
 Os do quadrado da oitava parte
 No bosque se divertiam

Com gritos alegres, doze
 Brincando no campo estão
 Quantos macacos são?

Solução

Designando por x o número de macacos, o texto do enunciado pode traduzir-se matematicamente pelas seguintes relações:

$$x < 20$$

$$\left(\frac{x}{8}\right)^2 + 12 = x$$

A segunda relação é uma equação do 2º grau que tem as seguintes raízes:

$$\begin{cases} x_1 = 48 \\ x_2 = 16 \end{cases}$$

Então a desigualdade que constitui a primeira destas relações mostra que a solução é:

$$x = x_2 = 16$$

Problema 15

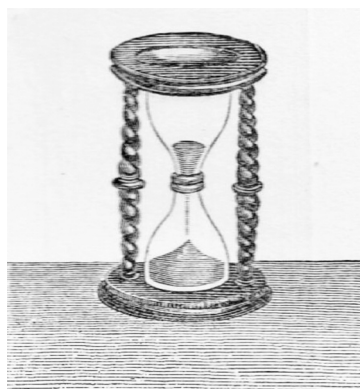
Três homens estão em fila, de forma que o último pode ver os dois da frente, o que está no meio pode ver o primeiro e o primeiro não pode ver nenhum. Por outro lado, temos três chapéus brancos e dois pretos que são repartidos entre os três, ao acaso, de forma que nenhum deles pode ver o seu. Pede-se-lhes que adivinhem qual a cor do seu chapéu, começando pelo de trás. Mas o último homem diz que não sabe qual a cor do seu. O que está no meio disse que

também não sabe a cor do seu. Depois de ouvir as duas respostas, o da frente disse a cor do seu e acerta sem possibilidade de erro. Pergunta-se: qual a cor do chapéu do primeiro e que tipo de raciocínio fez para acertar na resposta.

2. Curiosidades

No último número desta revista transcrevemos, mantendo a ortografia da época, a parte inicial do capítulo VII (sobre relógios) do livro de Figuer, *As Grandes Invenções*, traduzido para português em 1873. Pela curiosidade que apresenta, entendemos que, neste número, se transcrevesse o prosseguimento do mesmo tema:

"A *ampulheta* que serve para medir o tempo consta de duas pequenas garrafas de vidro cujos gargalos, muito estreitos, estão reunidos. Uma destas garrafas contém areia fina. O tempo que a areia gasta a passar de uma garrafa para a outra, serve de medida ao tempo. A ampulheta foi usada no Egypto, desde a mais remota era, como meio de medir o tempo. Os romanos empregavam-na juntamente com o clepsydro. A ampulheta ainda era usada nas assembleias da Sorbonna em 1656."



Est. 45. Ampulheta.

No próximo número desta revista continuaremos com o mesmo tema.

Os interessados em publicar artigos originais ou de revisão na revista Politécnica, poderão fazê-lo submetendo os textos ao Corpo Editorial. Estes podem ser enviados por disquete para: Revista Politécnica, Instituto Superior Politécnico Gaya, Rua António Rodrigues da Rocha, 291, 341 – Santo Ovídio, 4400-025 Vila Nova de Gaia, ou por e-mail para o endereço edisp@ispgaya.pt. Os artigos a ser submetidos para publicação devem ser redigidos em Português em MS WORD (PC ou MAC) e enviados juntamente com uma cópia impressa. Não está, no entanto, excluída a possibilidade da revista aceitar contribuições noutras línguas. Os artigos a publicar serão única e exclusivamente da responsabilidade dos seus autores.

A aceitação de artigos estará sujeita a uma apreciação prévia por parte da comissão de avaliação, que, no entanto, não retirará a responsabilidade aos autores dos artigos.

Letras de outros alfabetos e símbolos matemáticos e científicos devem ser escritos correctamente. Nunca utilizar "a" para a letra grega "α" (alfa), "u" para o grego "μ" (miu), etc., siglas e nomes registados (" , ' , ") não devem aparecer em títulos. Abreviaturas e nomenclatura devem ser conforme a prática estabelecida por organizações e institutos profissionais, ou consagrados pelo seu uso corrente. Da primeira vez que apareça no texto alguma sigla ou nome comercial registado, o seu significado deve ser referido por extenso entre parêntesis.

Não devem ser utilizados sistemas de notação diversos. Para textos de engenharia, utilizar símbolos e unidades convencionais, constantes das listas existentes.

1. Título.

O título deverá ser escrito em letras maiúsculas, tamanho 14 pt, negrito e centrado.

2. Autores.

Após o título devem ser mencionados, os nomes dos autores, e-mail e endereços. O texto deve possuir tamanho 12 pt, itálico e centrado. Em rodapé deve ser incluído uma descrição sumária das actividades desempenhadas. Os

autores deverão incluir uma fotografia actualizada, em formato digital.

3. Resumo.

Os artigos devem conter um resumo, no máximo de 90 palavras, que perspetive o problema e sumarie os resultados, ou conclusões. O resumo deve ser escrito com letra tamanho 10 pt, justificado e espaçamento simples.

4. Palavras Chave.

A seguir ao resumo deverão ser mencionadas as palavras chave referentes ao artigo, escritas com letra tamanho 10 pt, alinhado à esquerda.

5. Corpo do Artigo.

O corpo do artigo deve estar subdividido logicamente em secções numeradas e, se necessário em subsecções numeradas. Os títulos devem ser a negrito.

O texto deve ser escrito em duas colunas e com letra Times New Roman de tamanho 12 pt e espaçamento de 1,5 linhas.

6. Figuras.

As figuras devem ser cuidadosamente preparadas, devidamente numeradas e acompanhadas por uma legenda (tamanho 10 pt, negrito). As figuras devem, igualmente, ser gravadas num ficheiro separado com a extensão TIF ou JPG.

7. Tabelas.

As tabelas também devem ser numeradas e acompanhadas por um título (tamanho 10 pt, negrito). Todas as colunas de uma tabela devem possuir um cabeçalho.

8. Referências.

Todas as referências deverão ser indicados pela ordem alfabética dos apelidos dos seus autores.

As referências devem ser apresentadas separadamente de acordo com a seguinte ordem:

- 1) Livros e Publicações periódicas;
- 2) Endereços na Internet;
- 3) Legislação;
- 4) Imprensa.

Referências bibliográficas introduzidas no corpo do artigo	Livro (exemplo)	Rowles (1998: 47) afirma que...
	Artigo (exemplo)	Como referem Jacob e Taylor (2002: 65)...
	Páginas na Internet	No caso de se tratar de um autor identificado, refere-se o nome, ano e página (caso existam estas informações); No caso de se tratar de uma instituição, o endereço completo (url) deverá aparecer em nota de rodapé (sem data de consulta).
	Legislação (exemplo)	Decreto-Lei nº 115-A/98 (as restantes informações deverão aparecer apenas na bibliografia final).
Modelo de referências bibliográficas incluídas no final do artigo	Livro	Collins, J., Mellins, A. & Veol, A. (2000). <i>Education and Society</i> . Oxford: Oxford University Press.
	Artigo	Wallace, A. & Collins, J. (2002). Educational programmes in literacy. <i>The International Journal of Educational Management</i> , 16,(4),169-175.
	Endereço na Internet	http://www.ispgaya.pt (Consulta realizada em 00.00.00).
	Legislação	Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo - LBSE).
	Imprensa	Santos, A. (2004). Universidades. <i>Público</i> , nº 4165, p. 20. 21 de Setembro.

Nota: Os exemplos apresentados baseiam-se na norma de referência bibliográfica A.P.A. (American Psychological Association), mas não substituem de forma alguma a sua consulta.

